

ESPAÇOS COLETIVOS E O DIREITO À CIDADE:

Centro Comunitário na ocupação Valinhos II

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Curso de Arquitetura e Urbanismo

Trabalho Final de Graduação

Discente: Ana Carolina Sartori Borges

Orientadora: Daiane Regina Valentini

INTRODUÇÃO

A implantação de um **Centro Comunitário na ocupação Valinhos II**, em Passo Fundo – RS, se justifica como parte de um **processo de requalificação urbana**, focado na criação de uma **nova centralidade para o bairro**, que fortalece os vínculos sociais através das infraestruturas coletivas e espaços de convivência, historicamente negados às pessoas das periferias. Como embasamento teórico constam nesse trabalho o histórico da luta por moradia nas ocupações no Brasil e da formação da comunidade Valinhos II, principalmente com a influência das ações do Projeto Ocupar, argumentos quanto a segregação espacial (marginalização) das comunidades humildes a partir de teses sobre o desenvolvimento das cidades dentro do capitalismo e estudos referenciais de espaços comunitários. O projeto propõe ambientes que democratizam o acesso ao lazer, à arte, à educação e à cultura, pois se entende que são elementos primordiais à vida e partes essenciais que moldam a vivência urbana. A concepção do projeto, quanto aos elementos arquitetônicos escolhidos, se apoia na identidade local, utilizando materiais e soluções construtivas reconhecíveis pela comunidade, reforçando o sentimento de pertencimento.

METODOLOGIA

A metodologia adotada se fundamenta em pesquisa bibliográfica, estudos referenciais e análises sobre os movimentos de luta por moradia e direito à cidade. Além disso, foram levantadas características físicas, sociais e culturais da comunidade em viagens realizadas na ocupação Valinhos II, no dia a dia e nos eventos que acontecem no local, a fim de que o trabalho resultasse em um projeto coerente com as necessidades reais da comunidade e com o contexto urbano em que se insere.



O PROJETO OCUPAR

Um projeto único, que leva formação, acolhimento, escuta e troca de experiências até as mulheres que moram nas ocupações de Passo Fundo, mais especificamente a Valinhos I, Valinhos II, Leão XIII, Bela Vista e a Vista Alegre. O *Projeto Ocupar: Mulheres, terra e luta*, nasceu em 2019 com o objetivo de engrandecer o papel das mulheres nos movimentos de luta por moradia. (BORGES, 2021) Também se destaca no Projeto o reconhecimento das reivindicações de necessidades além das básicas - como alimentação, moradia e saneamento - através de perspectiva especial das mulheres que atentam para a importância da arte, do lazer e do conhecimento no cotidiano. Hoje o Projeto Ocupar possui uma sede, que está localizada na ocupação Valinhos II e foi construída coletivamente com a ajuda de estudantes da Atitus Educação. Apesar de ser uma edificação limitada no seu tamanho, na adequabilidade dos materiais construtivos e nos fluxos necessários para o desenvolvimento das atividades, lá acontece a maioria das atividades que o projeto oferece, sendo assim uma referência de centralidade e pertencimento para a comunidade e um símbolo de luta e resistência. Os encontros propõem palestras voltadas para conscientização, capacitação, aprendizado, como também atividades mais dinâmicas de lazer, trocas de experiências e acolhimento das histórias e ideias das mulheres.

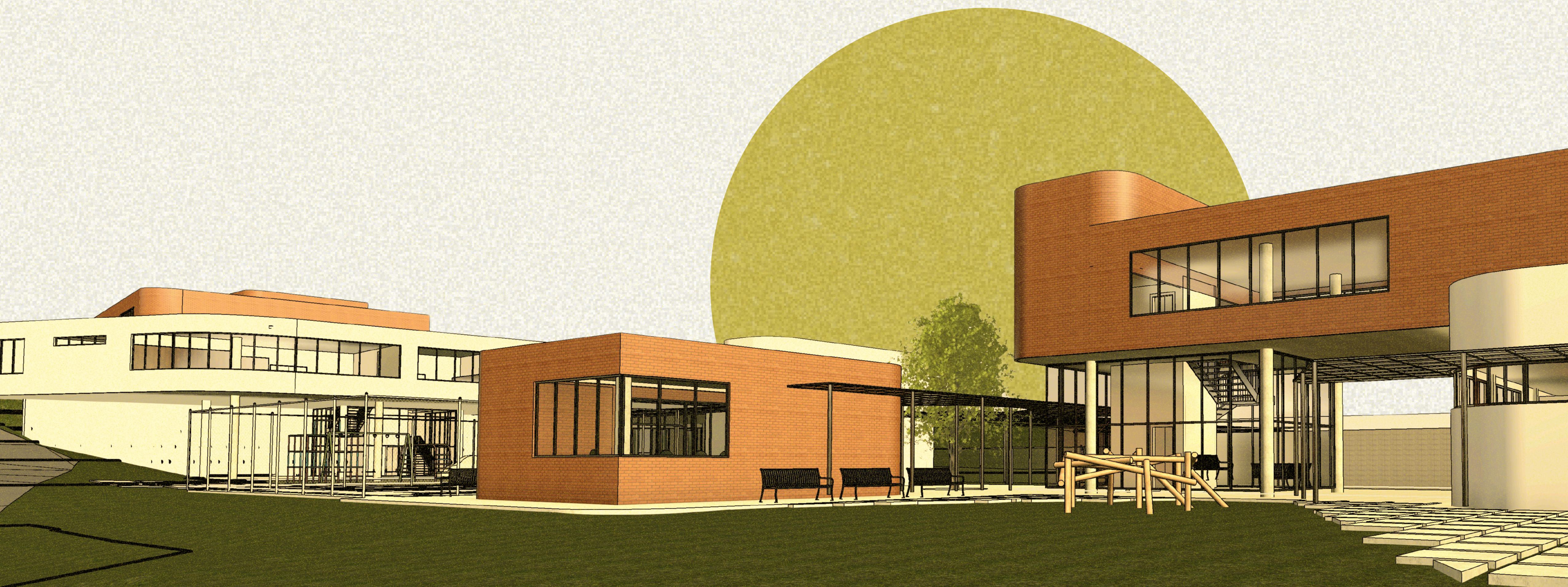
O LEGADO DE ROSELI NUNES

Roseli lutava pela Reforma Agrária e pelos direitos das mulheres no MST, movimento no qual participou da ocupação da Fazenda Annoni, em 1985, um latifúndio improdutivo com mais de 9 mil hectares em Pontão (RS). Marchou 300 km até Porto Alegre com seus 3 filhos quando os camponeses do movimento ocuparam a Assembleia Legislativa. (MEDEIROS, 2018) Em 1987, aos 33 anos, perdeu a vida durante um protesto na BR-386, em Sarandi, quando um caminhão avançou sobre a barreira humana formada contra a omissão do governo quanto à política agrária. Posteriormente filmes e documentários como “Terra para Rose”, “O sonho de Rose” e “Annoni – 30 anos de Marcos” retrataram sua memória na luta por construir uma sociedade mais justa. (MEDEIROS, 2018) “Ela era decidida e determinada. Tinha força de lutar. Sempre dizia que se o governo não fizesse alguma coisa pelas famílias Sem Terra, quem tinha que fazer era nós”, diz Juraci, amiga de Rose.

Sua luta é inspiração para as mulheres do Projeto Ocupar e para toda a comunidade Valinhos II, por isso, **a sede que abriga os encontros e é símbolo da resistência leva seu nome.**



“Prefiro morrer lutando do que morrer de fome”



DIREITO À CIDADE E À MORADIA

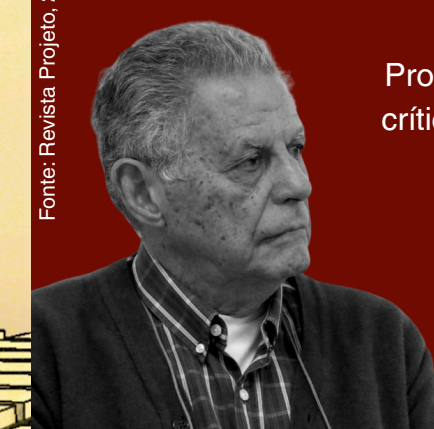
Ao analisar a atual conformação espacial de uma cidade, percebe-se cada vez mais que a vida tende a acontecer fora de casa, ou seja, na cidade. Com isso, a moradia vem modificando suas funções essenciais e reduzindo-as apenas a local de repouso, consequentemente interferindo em sua forma e tamanho para se adaptar à nova realidade. Considerando então a separação do local de descanso do trabalhador e seu meio de produção, explica-se a segregação dos trabalhadores na periferia, já que o consumo do espaço urbano no capitalismo não se dá de forma uniforme para todas as classes sociais, obrigando assim o homem a se deslocar várias vezes em função do trabalho. (VILLAÇA, 1986)

A forma que o homem tem de controlar o tempo é atuando sobre o espaço. Logo, a verdadeira disputa entre as classes sociais para comandar o espaço urbano é, na verdade, tentar controlar o tempo gasto em deslocamentos, pois, diferentemente de outras infraestruturas urbanas, o tempo de transporte jamais será igualmente dividido entre todos: a cidade molda-se ao meio de transporte dominante da classe que detém o poder. O Estado infelizmente contribui para a reprodução dessa estrutura desigual investindo em infraestruturas urbanas nas regiões de alta renda, como por exemplo no sistema viário, tanto para atender à frota de automóveis quanto para impulsionar a valorização imobiliária. Além disso, transfere para onde se direciona o crescimento da classe dominante os equipamentos públicos e sedes institucionais, evidenciando assim como os interesses privados são priorizados na promoção de políticas públicas. (VILLAÇA, 1986)

A pobreza não é consequência somente dos salários insuficientes, como também da escassez de condições urbanas de vida, incluindo a habitação. A partir do momento em que a habitação começa a assumir forma de mercadoria e o sistema econômico privado não consegue oferecer habitação a todos, automaticamente se torna dever do Estado providencia-la àqueles que não podem pagar por ela. (VILLAÇA, 1986)

Apesar de serem tão essenciais à vida, a terra e a moradia são tratadas como um patrimônio qualquer e, por isso, sofrem pressões do mercado. A acumulação destes bens contribui para a concentração de riqueza, para o planejamento urbano ineficiente e, consequentemente, para a injustiça social. O bom desenvolvimento urbano e a habitação descente são possíveis apenas se interferissem sobre a terra os interesses da sociedade como um todo. Além disso, os autores argumentam sobre o caráter sistêmico da crise urbana como raiz do problema ao invés de responsabilizar apenas a ineficiência da gestão. (MARICATO, 2015)

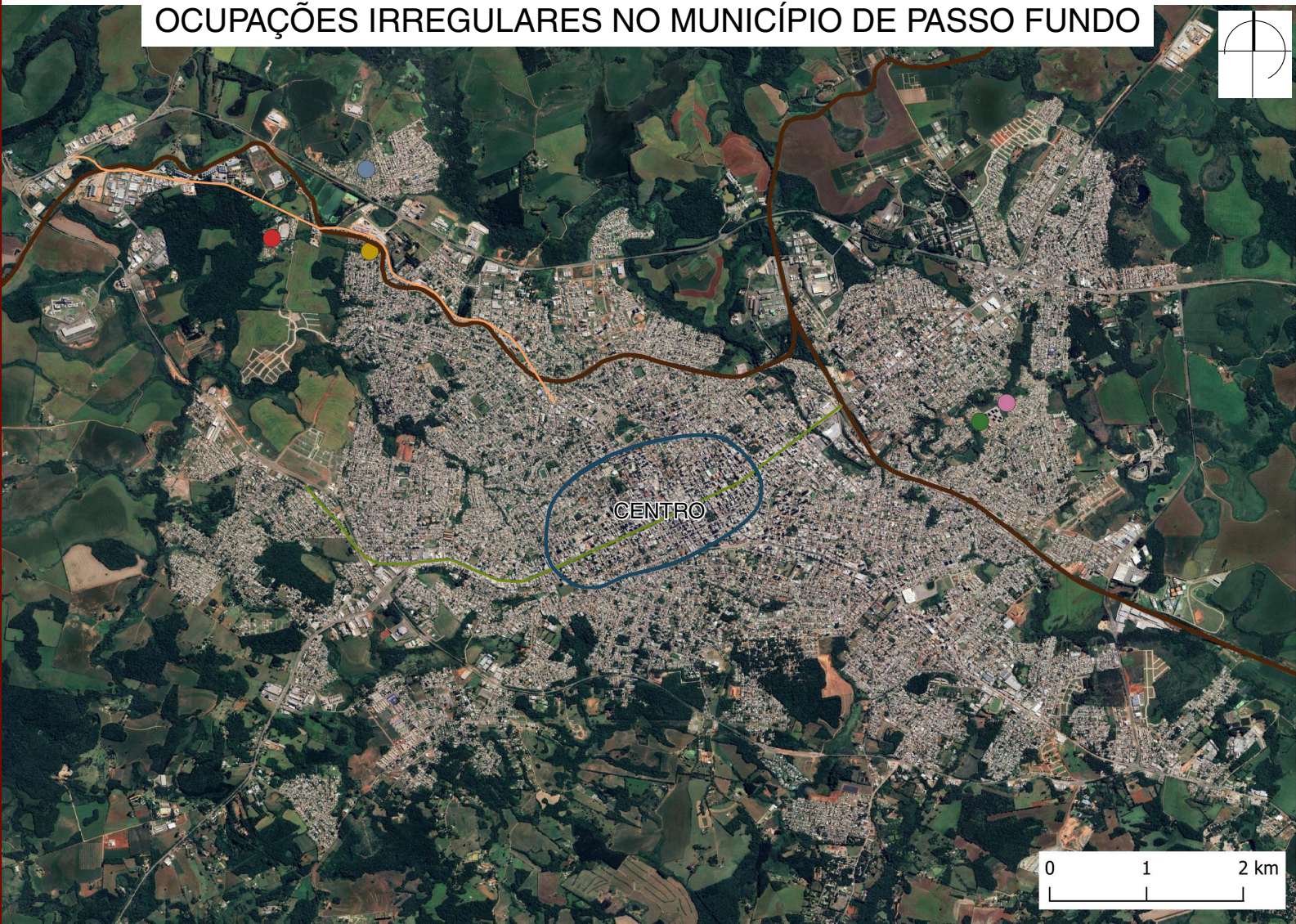
A reforma urbana, portanto, não se limita apenas a um ajuste técnico, mas depende de um processo político de democratização da cidade que passa necessariamente pela mobilização social e luta dos trabalhadores, o combate ao “analfabetismo urbanístico”. (MARICATO, 2015)



Professores, arquitetos e urbanistas, críticos do planejamento urbano e da questão da habitação.



FLÁVIO VILLAÇA E ERMÍNIA MARICATO



LEGENDA

- OCUPAÇÃO VALINHOS II
- OCUPAÇÃO VALINHOS I
- OCUPAÇÃO ZACHIA
- OCUPAÇÃO BELA VISTA
- OCUPAÇÃO VISTA ALEGRE

MAPA 1

- FERROVIA
- AVENIDA RIO GRANDE
- AVENIDA BRASIL
- CENTRO

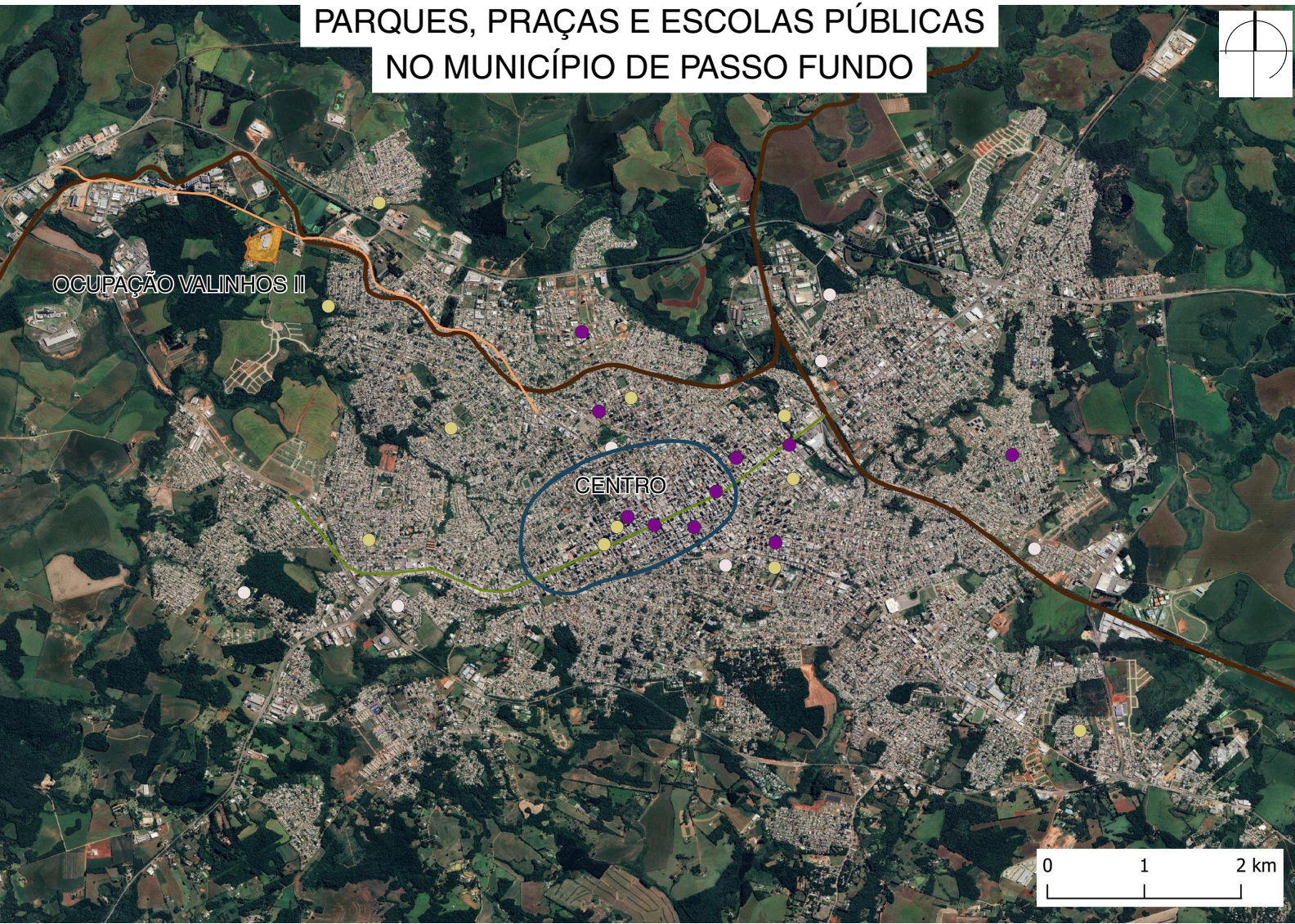
O município de Passo Fundo está localizado na região Norte do estado do Rio Grande do Sul e é considerado polo econômico da região. A comunidade Valinhos II se encontra na parte Noroeste da cidade, a 6km do centro de Passo Fundo.

Foram identificadas no Mapa 6 as ocupações irregulares consolidadas do município de Passo Fundo contempladas pelo Projeto Ocupar. Ainda não existe um estudo oficial que levante o número exato de ocupações e de pessoas vivendo nessa condição. Os dados a seguir comparam o número estimado de habitantes pelo IBGE, com o número de pessoas vivendo em ocupações, estimado por órgãos e entidades locais:

Número de habitantes (IBGE 2026)	214.811
População das ocupações (GZH Passo Fundo 2021)	14 mil
	- quase 6,8% do total

“O Estado reproduz as condições de acumulação do capital e, por isso, o processo de urbanização acontece de forma desigual e segregada.” (SPINELLI, 2015)

Esse trecho da tese de doutorado de Juçara Spinelli explica objetivamente a periferização. No município de Passo Fundo esse processo também acontece. Pode-se observar que as ocupações irregulares contempladas pelo Projeto Ocupar marcadas no Mapa 1 se distribuem na cidade de forma marginalizada em relação ao centro. Ou seja, depois que a classe dominante estabelece as áreas da cidade a serem valorizadas, o Estado fortalece essa decisão através da implementação dos equipamentos públicos, e assim determina quem os utilizará e quem não.



LEGENDA

- PRACAS
- PARQUES
- ESCOLAS PÚBLICAS
- OCUPAÇÃO VALINHOS II

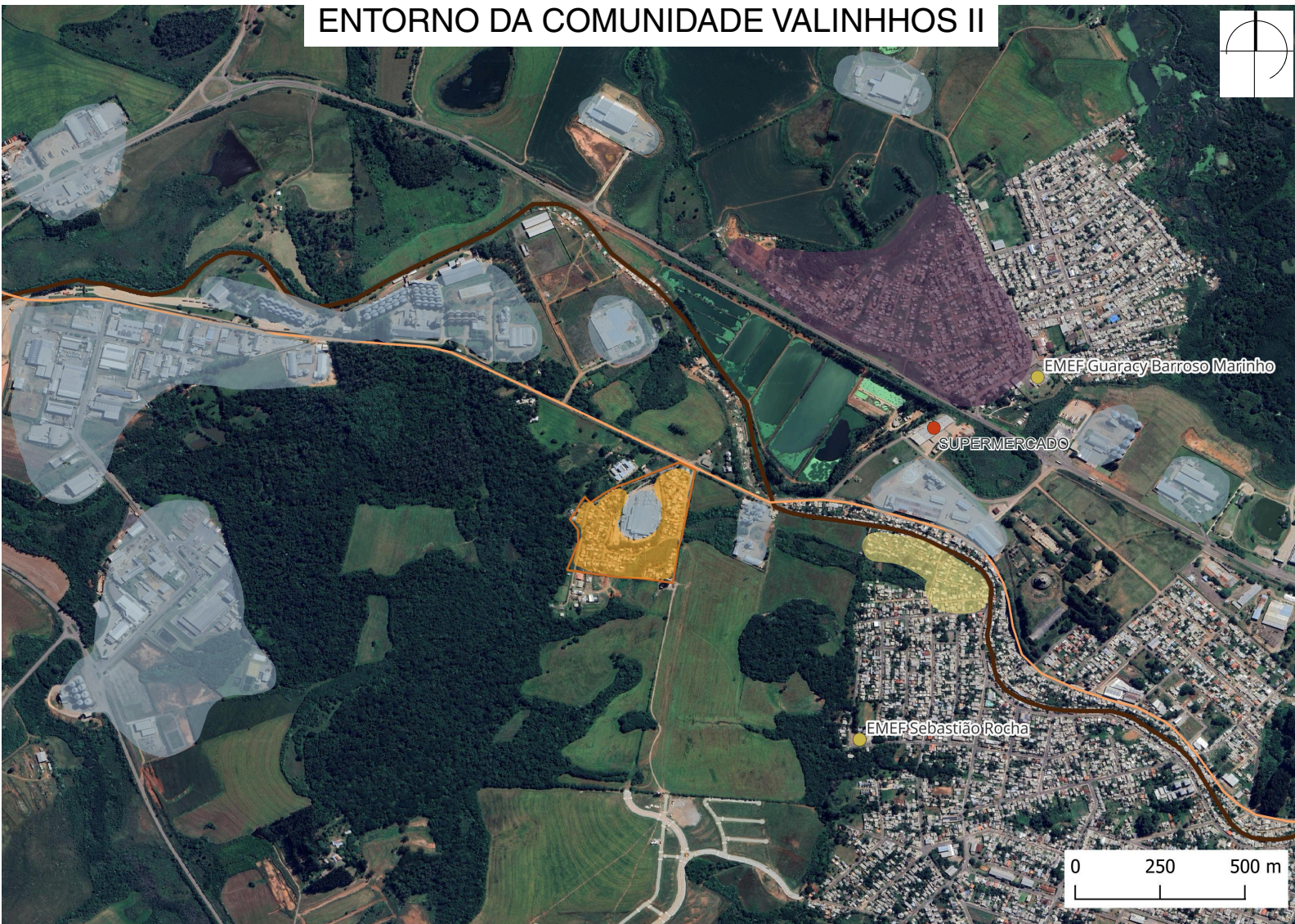
MAPA 2

- FERROVIA
- AVENIDA RIO GRANDE
- AVENIDA BRASIL
- CENTRO

O Mapa 2 evidencia a carência de equipamentos públicos, como praças, parques e escolas públicas, nas proximidades da comunidade Valinhos II. De acordo com relatos dos moradores, a escola de ensino fundamental frequentada por seus filhos é a EMEF Sebastião Rocha, localizada no bairro Valinhos, a mais de 2 km de suas residências. Os moradores também destacam que os parques e praças considerados seguros e bem conservados concentram-se predominantemente na área central da cidade.

Conforme se observa no Mapa 3, o entorno da ocupação Valinhos II é composto predominantemente por indústrias, lavouras e bairros periféricos, incluindo as ocupações Valinhos I e Zachia. Nesse contexto, os estabelecimentos que existem na região são comércios locais pequenos que não atendem à demanda dessa população. Por exemplo: existem mercados dentro da comunidade Valinhos II aos quais os moradores recorrem apenas caso seja extremamente necessário devido aos preços inacessíveis; o supermercado mais próximo fica a 1,2km da comunidade.

Essa realidade evidencia uma distribuição desigual das infraestruturas urbanas, obrigando a população a realizar deslocamentos significativos para acessar serviços e espaços essenciais de educação, lazer, convivência e comércios. Quando o acesso a esses equipamentos não é garantido no próprio bairro ou em seu entorno imediato, comprometem-se não apenas as condições de uso e apropriação do espaço urbano, mas também o sentimento de pertencimento dos cidadãos à cidade.

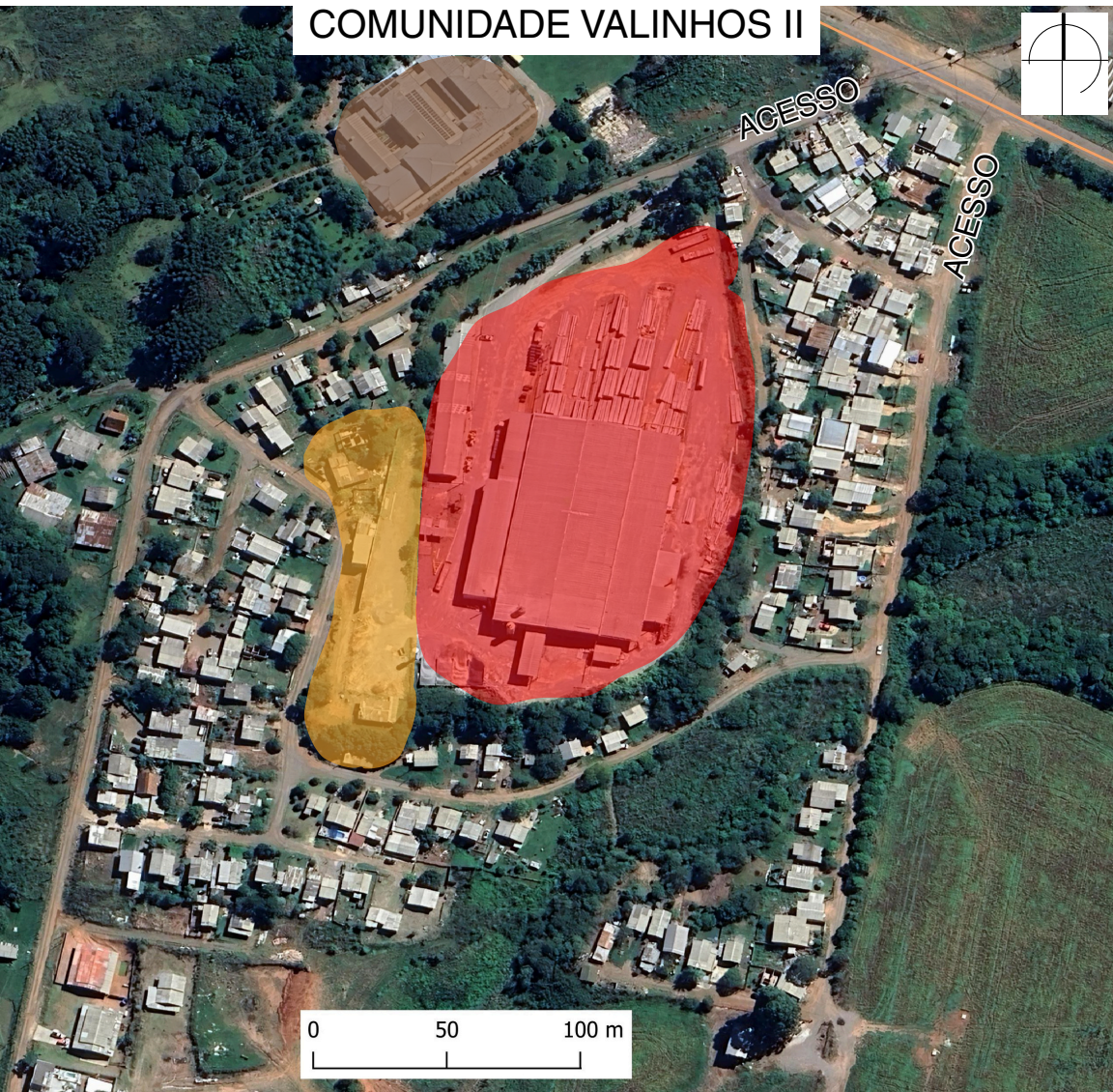


LEGENDA

- INDÚSTRIAS
- OCUPAÇÃO ZACHIA
- OCUPAÇÃO VALINHOS I
- OCUPAÇÃO VALINHOS II

MAPA 3

- SUPERMERCADO
- ESCOLAS PÚBLICAS
- FERROVIA
- AVENIDA RIO GRANDE



LEGENDA

- ÁREA DE INTERVENÇÃO
- MATRA - INDÚSTRIA DE POSTES

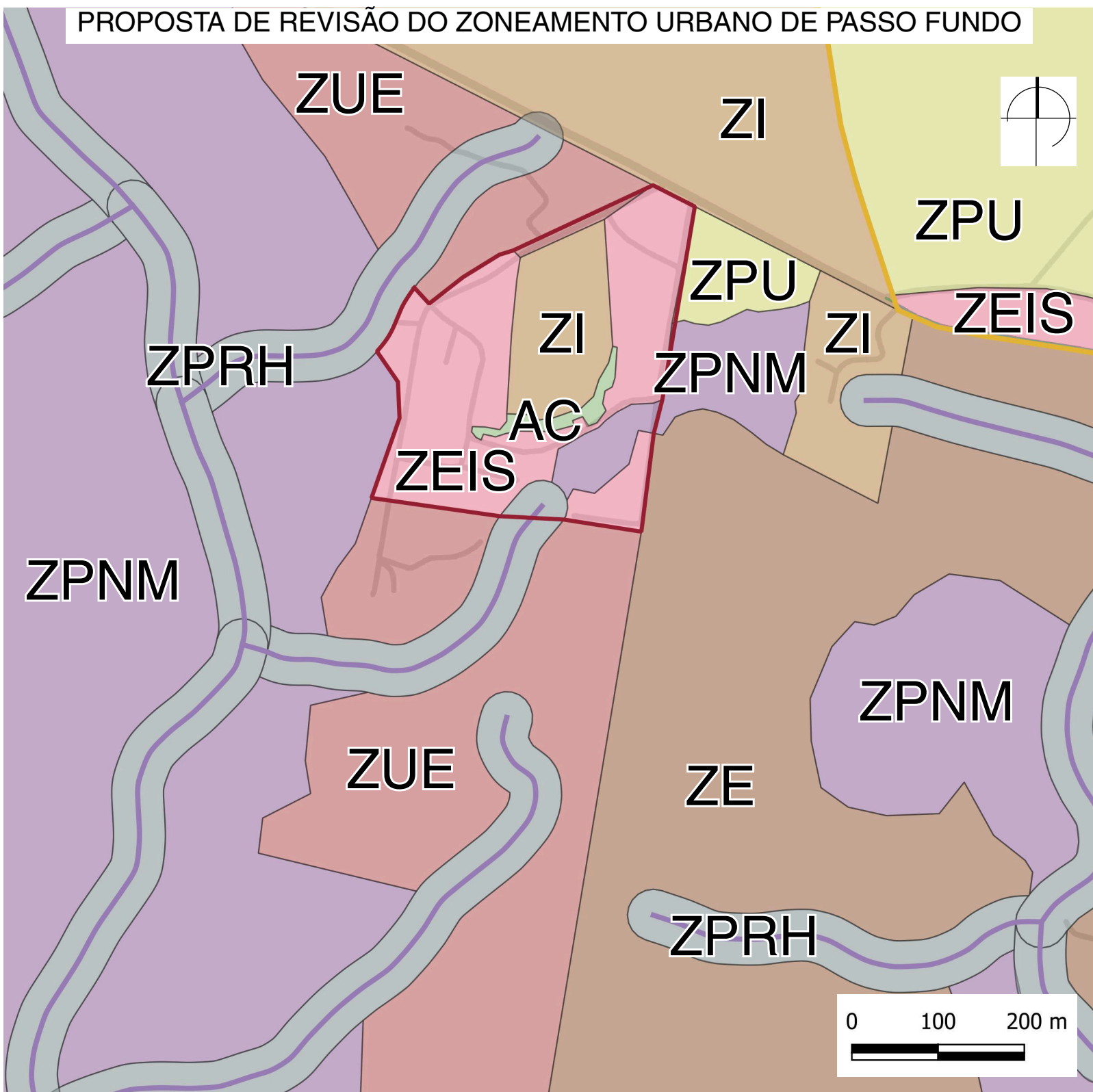
MAPA 4

- AVENIDA RIO GRANDE
- SEMINÁRIO

A área onde atualmente se encontra a ocupação Valinhos II foi destinada pelo poder público municipal à implantação de um distrito industrial. Entretanto, a indústria de postes Matra foi a única a se estabelecer no local. Diante da baixa adesão das empresas, as famílias passaram a ocupar os terrenos disponíveis no entorno da indústria, há cerca de 14 anos. Ou seja, a Matra já estava implantada na área quando a ocupação começou a se formar, por isso encontra-se inserida no centro da comunidade (Mapa 4). Ao longo desse período, a Matra passou a empregar diversos moradores e mantém uma relação amistosa com a população residente.

Atualmente, a comunidade apresenta características de ocupação consolidada, com moradias permanentes, redes de sociabilidade estabelecidas e forte vínculo dos moradores com o território. A ausência de interesse por parte de novas indústrias indica que não há pressão para que as famílias se retirem dali e reforça a necessidade de adequação do zoneamento previsto no Plano Diretor.

ESTUDO SOCIOAMBIENTAL



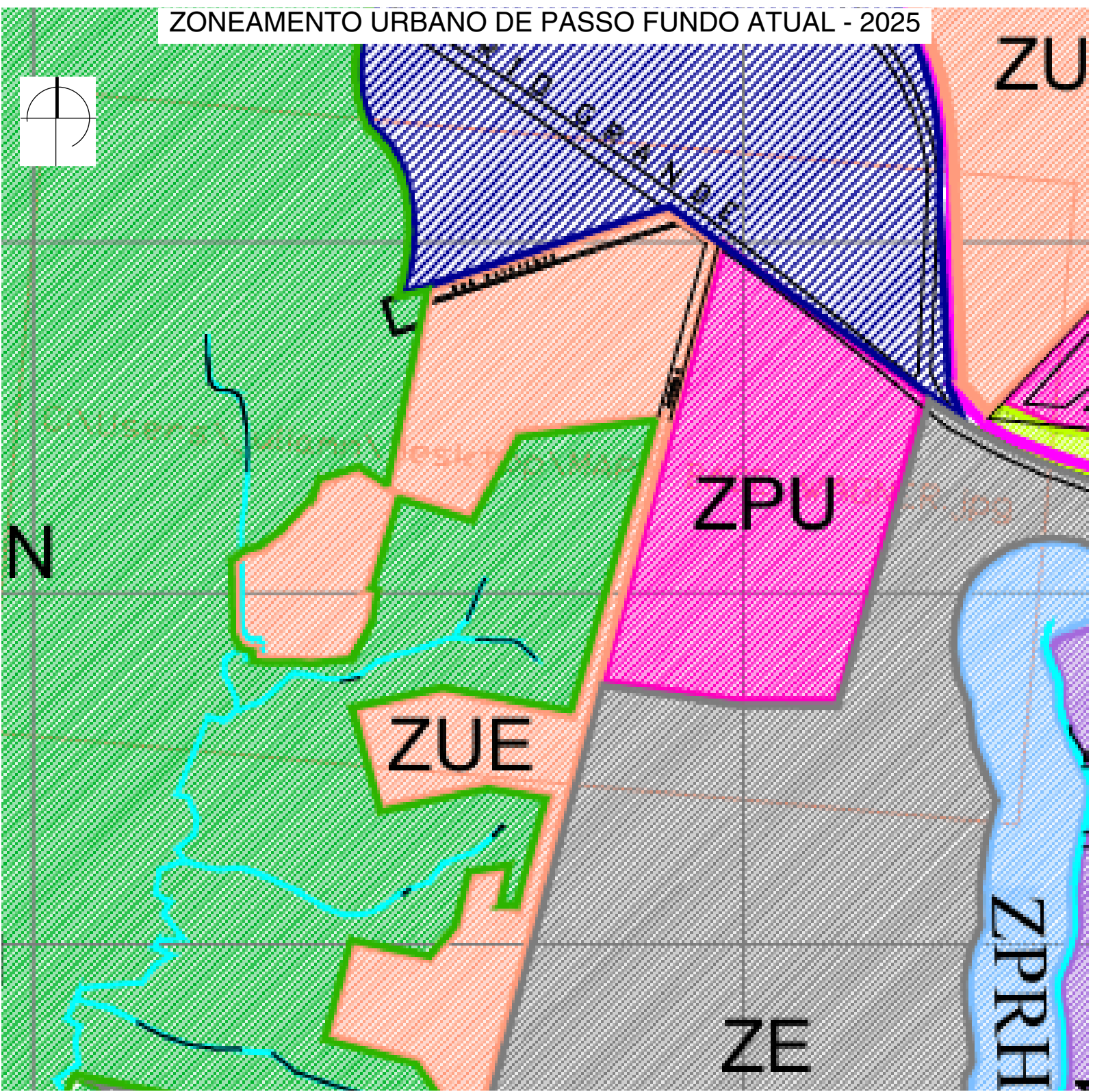
MAPA 5

A revisão do zoneamento do Plano Diretor da cidade de Passo Fundo para essa região é relevante em razão da mudança de uso do espaço: de industrial para residencial. Como já mencionado, a área foi originalmente destinada para a implantação de um distrito industrial, proposta que não se consolidou devido à baixa adesão das empresas. Atualmente, tanto a área da Matra quanto a área ocupada para moradia são classificadas no zoneamento urbano como Zona de Uso Especial (Mapa 5).

A proposta de alteração (Mapa 4), portanto, busca facilitar o processo de regularização fundiária dos lotes ocupados, através do reconhecimento do espaço como Zona Especial de Interesse Social, bem como incentivar investimentos em equipamentos públicos na região. Além disso, o estudo prevê a delimitação de uma área de conservação ambiental no interior da comunidade e a ampliação das Zonas de Proteção de Mata Nativa em seu entorno, considerando a presença de massas de vegetação importantes.

LEGENDA

- COMUNIDADE VALINHOS II
- REDES DE DRENAGEM ENTORNO
- TRECHO FERROVIÁRIO
- ZPRH - ZONA DE PROTEÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS
- ZEIS - ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL
- ZI - ZONA INDUSTRIAL
- AC - ÁREA DE CONSERVAÇÃO
- ZE - ZONA DE OCUPAÇÃO EXTENSIVA
- ZPU - ZONA DE PRODUÇÃO URBANA
- ZUE - ZONA DE USO ESPECIAL
- ZPNM - ZONA DE PROTEÇÃO DE MATA NATIVA



MAPA 6

O LUGAR - A SEDE ATUAL E O ENTORNO



FIGURAS 1 E 2 - A SEDE ATUAL

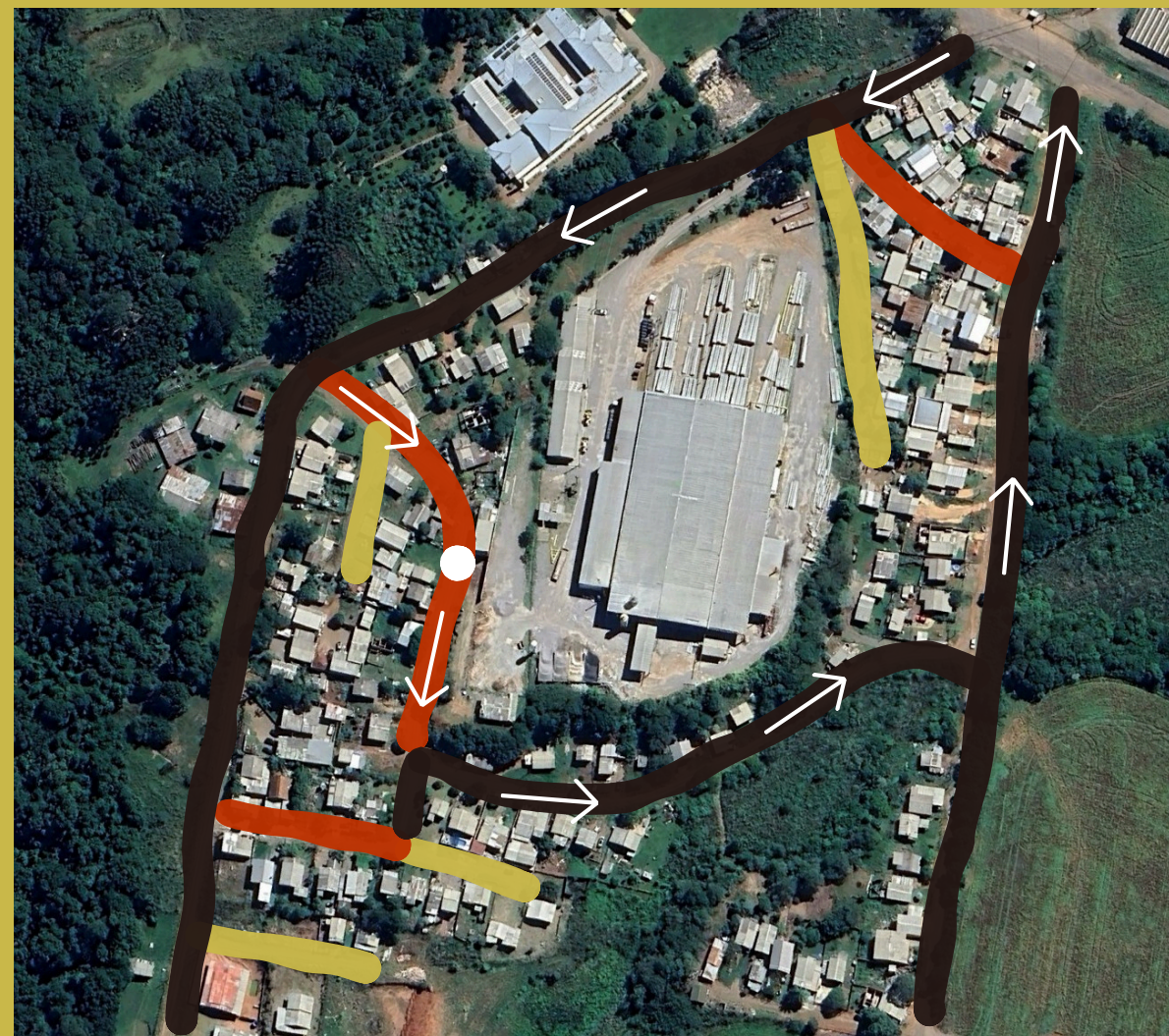


FIGURAS 3 E 4 - VIAS

A sede surgiu da necessidade de um espaço coberto para as reuniões que aconteciam anteriormente na rua. Lá acontecem todos os eventos da comunidade, como aniversários e os encontros do Projeto Ocupar. Atualmente consiste em um espaço livre com fechamento de ripas de madeira revestido no interior com embalagens cartonadas e cobertura de telhas de amianto. Tanto a cobertura quanto os fechamentos apresentam frestas e buracos (figuras 1 e 2), o que dificulta a utilização do espaço em dias de chuva. Em anexo existe uma cozinha de alvenaria, piso revestido com azulejos doados pela ATITUS, universidade particular no município que realiza projetos de intervenção na ocupação principalmente na área da psicologia.

Como se observa nas figuras 3 e 4, nas ruas não há calçamento ou calçadas, os moradores amenizam essa necessidade colocando britas, mas ainda assim as vias apresentam bastantes buracos e valetas. O reparo das vias é uma das principais demandas da população. O abastecimento de energia elétrica é por ligação clandestina e os postes foram instalados por conta própria. A rede de distribuição de água municipal interviu no local somente no ano de 2024, antes disso as pessoas também não possuíam água encanada. Nota-se também nas vias a ausência de escoamento da água pluvial eficiente. Não existe na ocupação rede de esgoto e cada morador é responsável por resolver o descarte, o que dá chance para um quadro de insalubridade.

TRANSPORTE PÚBLICO E PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO DAS VIAS



Fonte: Google Earth, 2025.

O intuito desse estudo é de melhorar a mobilidade entre os diferentes locais da comunidade e também o acesso ao Centro Comunitário, tanto por pedestres, quanto para veículos e para o transporte público. Para propor as seguintes intervenções foram analisados: os fluxos, a configuração das vias sem saída, a demanda por estacionamento, a disponibilidade de espaços entre as residências para a implantação de novas conexões e as condições para viabilizar a rota do transporte público. Priorizou-se a conformação de via 1 (Figura 5) onde foi identificado espaço suficiente, ou seja, igual ou superior a 12,5m, pois é a mais adequada para vias locais. Nas vias de largura inferior a 12,5m onde é viável apenas um fluxo, foram priorizados: o transporte coletivo, os passeios públicos e estacionamento de veículos particulares em um dos lados da via (para atendimento do centro comunitário e das habitações), resultando na conformação da via 2 (Figura 6). Para as vias sem saída, foi adotada a conformação de via 3 (Figura 7), por causa da demanda de dois fluxos mas sem a largura mínima para incluir o estacionamento.

A implantação do ponto de ônibus na frente do Centro Comunitário se justifica pelo grande fluxo de pessoas que se estima para o local e por estar localizado no centro da comunidade, trazendo o caráter de "ponto de encontro". A partir da definição de sua localização foi traçada a rota do transporte coletivo e posteriormente determinada a conformação de vias que propiciassem as condições para a operação deste serviço.

LEGENDA → ROTA DO TRANSPORTE PÚBLICO ● PONTO DE ÔNIBUS

FIGURA 5 - PERFIL DE VIA 1



FIGURA 6 - PERFIL DE VIA 2

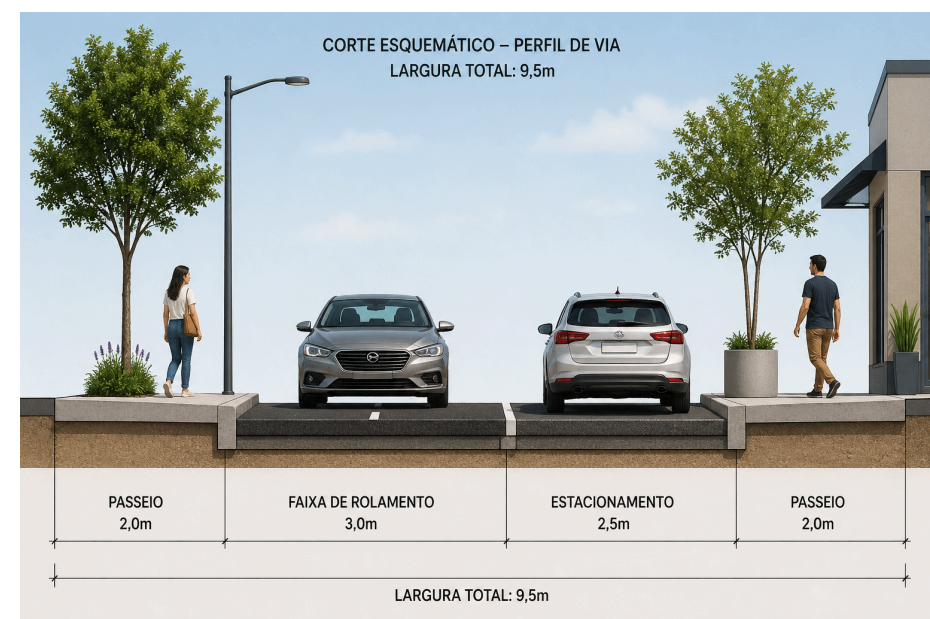
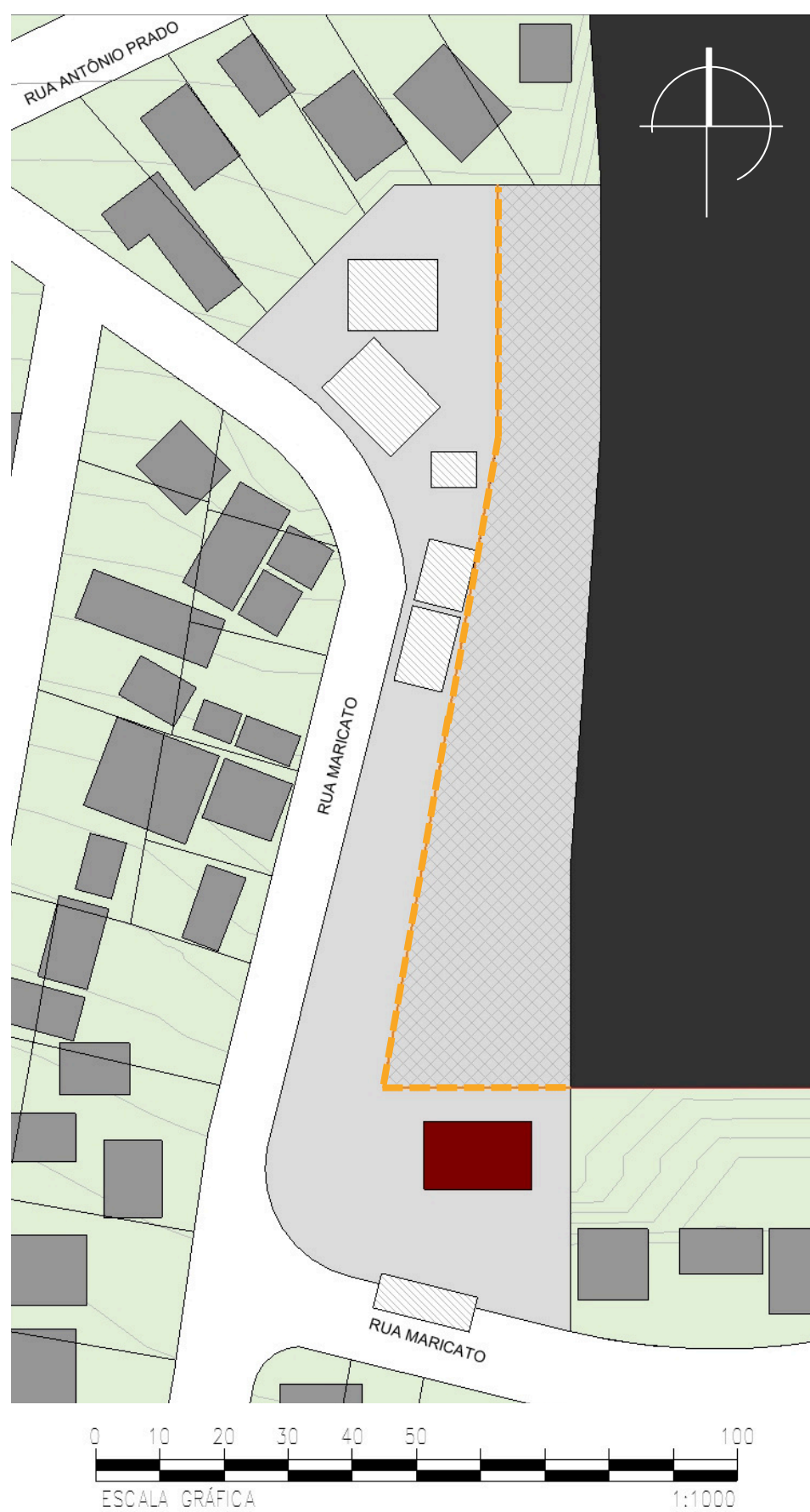


FIGURA 7 - PERFIL DE VIA 3



Esquemas elaborados pela autora e produzidos através de inteligência artificial OpenAI

ESQUEMA 1 - TERRENO E REALOCAÇÕES



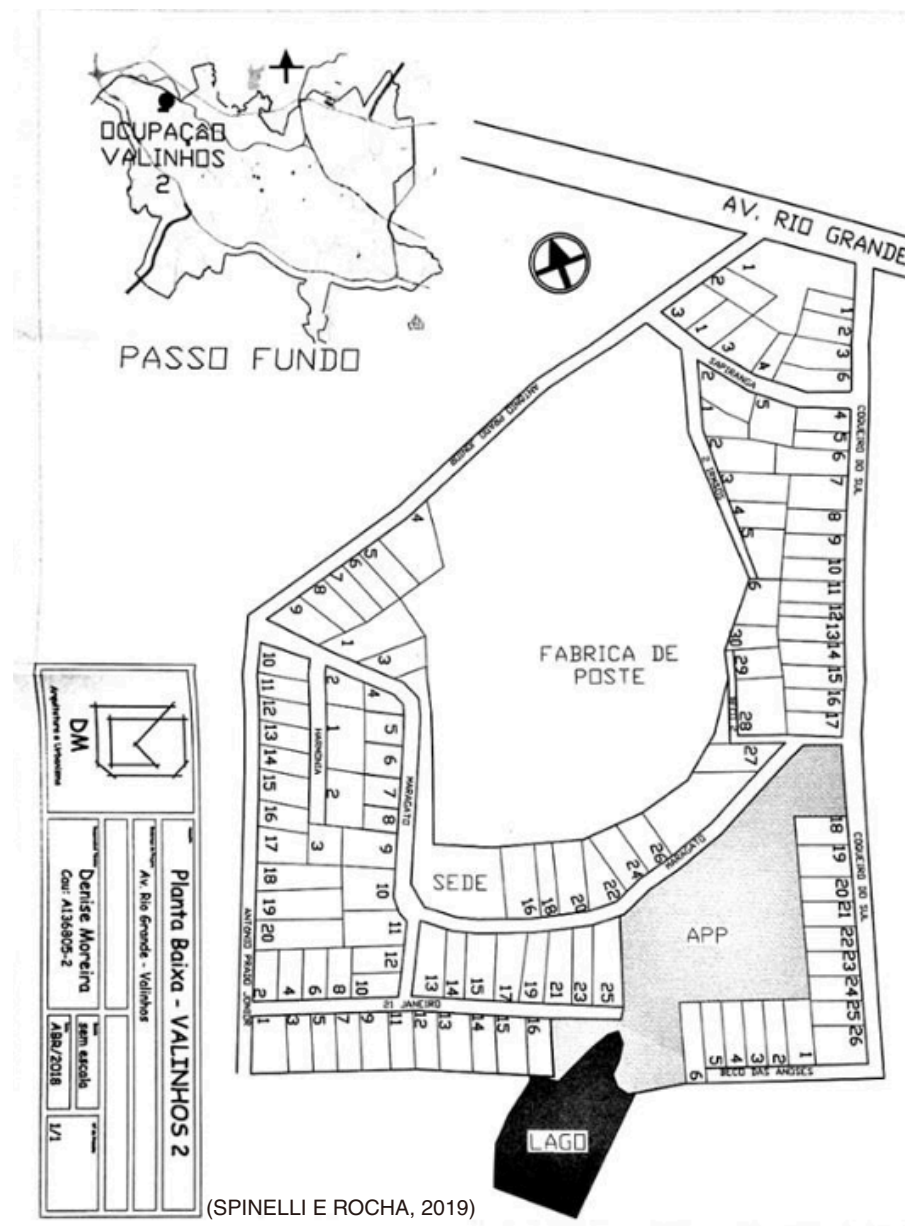
Para viabilizar a implantação do programa de necessidades proposto, foi necessária a incorporação de terrenos adjacentes à área onde atualmente está localizada a sede do Projeto Ocupar. O esquema a seguir apresenta os lotes incorporados à proposta, incluindo uma parcela do terreno da Matra e alguns lotes ocupados por residências existentes.

A definição das áreas a serem incorporadas considerou, principalmente, as condições das edificações e sua compatibilidade com o parcelamento desenvolvido pelas lideranças da comunidade (Figura 8). Assim, as residências selecionadas para realocação apresentam pelo menos uma das seguintes características: estrutura comprometida, ausência de moradores ou foram construídas em terrenos fora dos lotes previstos no parcelamento (Figura 8).

LEGENDA

- MURO EXISTENTE
- GALPÃO ATUAL DA SEDE
- RESIDÊNCIAS EXISTENTES
- INDÚSTRIA DE POSTES MATRA
- RESIDÊNCIAS REALOCADAS
- PARCELA DO TERRENO DA INDÚSTRIA APROPRIADA PARA PROJETO

FIGURA 8 - PARCELAMENTO DO SOLO



(SPINELLI E ROCHA, 2019)

PLANTA DE SITUAÇÃO



LEGENDA

- LIMITE DO TERRENO
- RESIDÊNCIAS EXISTENTES

0 10 20 30 40 50
ESCALA GRÁFICA 1:500

O ESTADO E AS POLÍTICAS HABITACIONAIS RECENTES

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 trata da política de desenvolvimento urbano, afirmando que ela deve ser executada pelo poder público municipal com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, mas ainda não tratava sobre a questão da habitação.

O Estatuto da Cidade, de 2001, instituiu diretrizes para a política urbana e deu instrumentos legais para que municípios implementem ações para garantir o direito à moradia e à cidade com destaque para a função social da propriedade e da cidade, a regularização fundiária de assentamentos informais e os instrumentos como usucapião urbano e ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social).

Com o declínio do investimento direto em habitação após os anos 1980, o Estado passou a atuar como fomentador por meio de subsídios e financiamento via programas como o Programa de Arrendamento Residencial (1999) e o Programa Minha Casa Minha Vida (2009). O PMCMV ampliou o acesso à moradia, mas também reforçou a segregação socioespacial. (SPINELLI, 2015)

No caso de Passo Fundo, a política habitacional recente também foi fortemente marcada pela implementação do PMCMV. Entre 2009 e 2013, foram contabilizados 31 empreendimentos habitacionais vinculados ao programa, totalizando 1.402 unidades. Como o Estado também operou como agente financeiro, utilizando de recursos como o FGTS e do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), a entrada de empresas privadas no setor habitacional popular, muitas das quais com fins lucrativos, foi favorecida. (SPINELLI, 2015)

A LUTA POR TERRA E MORADIA

A prática da ocupação de imóveis para fins de moradia historicamente é comum no Brasil por consequência da expressiva desigualdade social e desenvolvimento desordenado do meio urbano juntamente com a ausência de propostas estratégicas para dar acesso à habitação à todos. Essa realidade fez aparecer movimentos sociais de luta e resistência, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que atua no meio rural, empenhado com a distribuição justa de terras, segurança alimentar e educação para os trabalhadores rurais, e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que tem foco nas periferias e chama atenção para os programas destinados ao acesso à moradia por famílias de baixa renda, ambos já presentes no município de Passo Fundo - RS. (BORGES E COMEL, 2024)

- O MST, criado em 1984, atenta para a modernização agrícola da mecanização, causa da migração dos trabalhadores expulsos das terras, e atualmente se destaca pelas práticas agrícolas sustentáveis.
- Já o MTST, originado em 1997, ganhou grande visibilidade na ocupação do terreno destinado ao estádio do Corinthians, ação que deu destaque para a necessidade de moradias populares no entorno daquele local.
- Existe também a FLM (Frente de Luta por Moradia), um movimento mais local da região central de São Paulo voltado para a reabilitação de imóveis ociosos para famílias sem-teto e para a reivindicação do direito à cidade.

Apesar de estes movimentos atuarem com enfoques diferentes, dois na reivindicação de moradia e outro na de terras para subsistência, todos se dedicam a exigir direitos básicos definidos pelo artigos 1º, 5º e 6º da Constituição, os quais asseguram acesso à moradia, propriedade, igualdade e à dignidade. Suas ações são democráticas e contribuem para a evolução da sociedade como um todo modificando a estrutura histórica do Brasil de desigualdade, através da conscientização para a criação de políticas públicas eficientes. Eles são a imagem da força e esperança de pessoas motivadas por transformar realidades de forma coletiva, que trazem incansavelmente para o debate as funções sociais da terra e da moradia em forma de denúncia e mobilização, apesar de todo o preconceito e marginalização política, econômica e social que sofrem. (BORGES E COMEL, 2024)

Em Passo Fundo - RS existe um projeto importante de luta por moradia, o Projeto Ocupar, que será abordado melhor posteriormente neste trabalho. Ele é organizado por mulheres com o foco em acolher outras mulheres das ocupações e dar visibilidade a elas. Sua sede fica na ocupação Valinhos II, área de intervenção deste trabalho.

AS PESSOAS

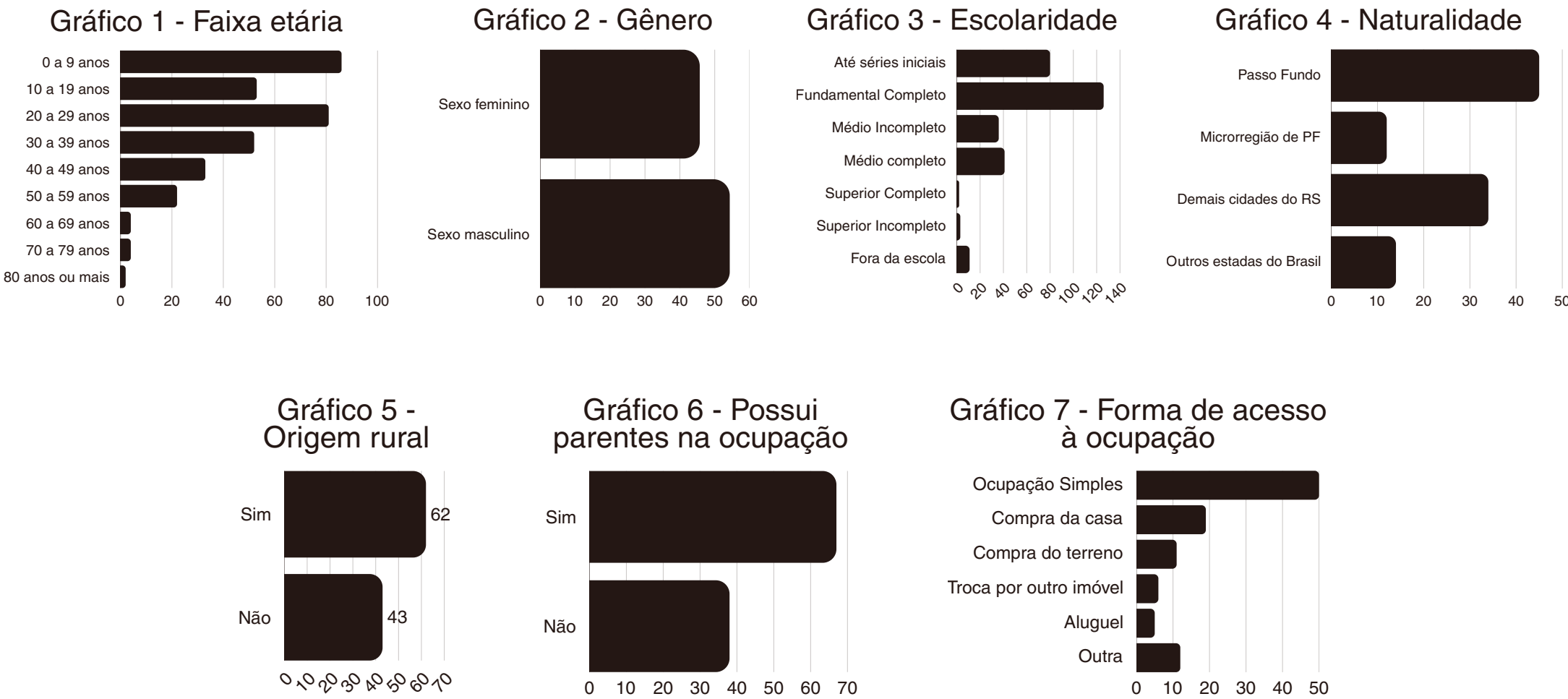
Segundo o relatório de pesquisa “Perfil, condições e perspectivas dos moradores da ocupação II Valinhos”, de 2019, a comunidade Valinhos II é composta por 377 habitantes, distribuídos em 105 unidades habitacionais. Quanto à distribuição da população por sexo, observa-se uma predominância de indivíduos do sexo masculino, que representam 54,3% dos moradores, enquanto o sexo feminino corresponde a 45,7% da população residente (Gráfico 2). As faixas etárias (Gráfico 1) mais numerosas na ocupação são as de 0-9 anos, com 86 crianças, e de 19-29 anos com 81 jovens. Pode-se dizer que a maioria da população da Valinhos II é composta por jovens, pois 80,6% dela tem até 39 anos.

Quanto às faixas de escolaridade (Gráfico 3), a mais numerosa é a de ensino fundamental completo, com 42,1%. Destes, um contingente expressivo de pessoas na faixa de 20-50 anos. O grupo que representa maior preocupação é o de crianças em idade escolar mas que estão fora da escola, com 3,7%. Esses dados indicam relevância para o investimento em educação infantil dentro da comunidade.

Sobre a naturalidade dos moradores (Gráfico 4), observa-se que mais da metade é de Passo Fundo ou da microrregião, mais precisamente 54,3%. Outros grupos importantes são o de demais regiões do Rio Grande do Sul (32,4%) e também o de outras regiões do país (13,3%). Mais um dado relevante com relação à naturalidade dos residentes é o número de pessoas que vieram do meio rural (Gráfico 5), que são mais da metade dos entrevistados (59%). Isso denota um movimento entre diferentes localidades resultando na pluralidade de hábitos culturais. Tem-se pelos relatos dos entrevistados que esses movimentos se deram principalmente por busca de trabalho, mas que também o apoio dos parentes é de forte influência. Grande parte das pessoas possui parentes morando na ocupação (63,8%), o que reforça as relações de acolhimento e redes de apoio (Gráfico 6).

A ocupação começou a ser formada organizadamente com algumas lideranças tomando frente no processo de parcelamento do terreno e distribuição dos lotes a quem manifestava interesse com o intuito de acolher as famílias com a comodidade de ter em seus terrenos espaço não somente para a casa como também para um pátio. Nesse parcelamento já se considerou o espaço destinado à construção da sede, conforme a Figura 8 (SILVA; ARAUJO; ROSA; SPINELLI; NUNES DA SILVA, 2019). A esse processo de ocupação dá-se o nome de Ocupação Simples e foi desta forma que 48,5% das pessoas acessaram a Valinhos II. Também existiram outras formas de acesso à ocupação, como a compra de casas ou terrenos, como ilustra o gráfico 7.

Os moradores ressaltam que o local é bom para morar, frisam a tranquilidade e a segurança, pois as pessoas se conhecem e reproduzem um ambiente tranquilo (SILVA; ARAUJO; ROSA; SPINELLI; NUNES DA SILVA, 2019). Apesar disso, reconhecem as carências que o lugar apresenta. As dificuldades identificadas como motivos para deixar a ocupação estão ligadas à incerteza da permanência no local, pelo fato de os imóveis não estarem regularizados, à falta de infraestruturas urbanas como rede de esgoto, rede de energia elétrica e vias adequadas, à distância dos equipamentos urbanos como UBSs, escolas e comércio e à dificuldade de deslocamento às demais regiões da cidade. Somando a essas questões, indicam que melhores oportunidades de emprego os fariam repensar sobre a permanência no local.



CONCEITO

onde a arte ecoa, o território vive

- Inspirado no caráter artístico e musical das manifestações populares: arte, música e vivências cotidianas como motores da vida e expressões de resistência e identidade
 - Lugar que pulsa com o RITMO da comunidade, abriga memórias e projeta o futuro.
 - O território é vivo quando é habitado, compartilhado e reconhecido como lugar de todos.
- ARTE:** expressada nas cores e texturas e nos elementos que convidam a apropriação
- ECO:** permeabilidade entre os espaços e continuidade entre público e comunitário (ambientes expansíveis, pátios como extensão das casas e percursos como conectores)
- VIVER DO TERRITÓRIO:** como o conjunto se insere no bairro (respeitando suas escalas, aproveitando vistas e preexistências e fortalecendo a centralidade através da participação dos moradores)

IDENTIDADE DA COMUNIDADE

Lefebvre (2001) defende que a construção da cidade deve ser feita a partir dos olhares aqueles que historicamente foram excluídos de sua configuração, principalmente na dimensão artística, como na música, pintura e escultura. A partir dessa perspectiva, ele cunhou o termo “Direito à Cidade”, que diz respeito não somente ao acesso aos direitos básicos de saúde e educação, mas também ao lazer e às expressões artísticas como necessários à organização da vida.

Inspirado por essa visão, o Projeto Ocupar se organiza em torno do encontro, da arte e do cuidado, cuja identidade se forma sem qualquer tentativa de homogeneizar a personalidade das pessoas que o compõem na intenção de criar uma identidade coletiva que restrinja a possibilidade de transformação, mas como uma prática de constante discussão que acolhe as diferenças constitutivas e valoriza a estética do viver coletivo.

“Nos apoiamos na arte, em imagens construídas coletivamente, nas músicas, na literatura e na memória das experiências.”

(RIBEIRO; MALAQUIAS; DOS REIS; RODRIGUES DA SILVA, 2024)

A comunidade manifesta o desejo da reforma da sede para que todos possam usufruir de um ambiente de qualidade em seus encontros, o que reflete a cultura de conquistar coletivamente. A existência da sede e do projeto são símbolos de resistência, luta e acolhimento.

COMIDA

Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer, Sérgio Britto (1987)

“A gente não quer só comida
A gente quer comida, diversão e arte
A gente quer saída para qualquer parte
A gente quer prazer pra aliviar a dor
A gente não quer só dinheiro
A gente quer inteiro e não pela metade.”



Essa canção, interpretada por Elza Soares e Titãs, embasou o artigo *A gente não quer só comida*, produzido pelas mulheres integrantes do Projeto Ocupar. A letra traz um sentido subjetivo para o sentimento de “fome”, não como a necessidade fisiológica de comer, mas sim como a necessidade de buscar coisas que nutrem as pessoas cultural e socialmente, e principalmente aquilo que motiva as mulheres a se unirem e lutarem juntas.

Esse ímpeto de transformar a realidade através do gesto coletivo partindo de mulheres norteou o projeto. Por meio dos textos produzidos por elas e de vivências na comunidade, foi possível compreender as dinâmicas do cotidiano das pessoas e dos encontros do Projeto Ocupar e, assim, tomar as decisões projetuais. Mas foi com base em uma atividade cartográfica (Figura 9) ocorrida em um dos encontros que foram moldadas as diretrizes e, posteriormente, o programa de necessidades. Por meio dos desenhos produzidos durante a dinâmica, as mulheres expressaram suas demandas, expectativas e percepções sobre a comunidade, materializando-as na forma dos espaços que desejam para o futuro do local. Os resultados evidenciaram uma forte valorização da dimensão coletiva da vida comunitária, uma vez que as propostas apresentadas não se concentraram em interesses individuais, mas na criação de espaços compartilhados voltados ao lazer, à educação, à convivência, ao descanso e ao desenvolvimento social.

DIRETRIZES



IMPLANTAÇÃO

1:250

1:250

Conforme apresentado anteriormente, o programa de necessidades foi elaborado a partir das demandas identificadas durante uma atividade desenvolvida pelo Projeto Ocupar. Além dos espaços apontados diretamente pelos participantes, foram incorporados outros ambientes com o objetivo de propiciar os encontros comunitários, valorizar a cultura local e ampliar as oportunidades de lazer. Também foram previstos espaços voltados à capacitação e ao desenvolvimento profissional dos moradores, contribuindo para a promoção da autonomia e da inclusão social das pessoas contempladas pelo Projeto.

PROGRAMA DE NECESSIDADES

SETOR DE LAZER

SETOR EDUCACIONAL

- Salão comunitário
- Sede do Projeto Ocupar
- Cozinha oficina
- Auditório
- Clube do Samba
- Espaço para vendas e exposições
- Quadra poliesportiva
- Parquinho
- Contraturno
- Oficina de costura
- Oficina de informática
- Oficina de línguas
- Oficina de artesanato
- Biblioteca
- Sala de professores
- Refeitório

- Contraturno
- Oficina de costura
- Oficina de informática
- Oficina de línguas
- Oficina de artesanato
- Biblioteca
- Sala de professores
- Refeitório



ACESSO AO EDUCACIONAL



ACESSO AO CENTRO COMUNITÁRIO



VISTA DA QUADRA DE ESPORTES



PÁTIO COBERTO



PÁTIO



PÁTIO COBERTO DO SALÃO



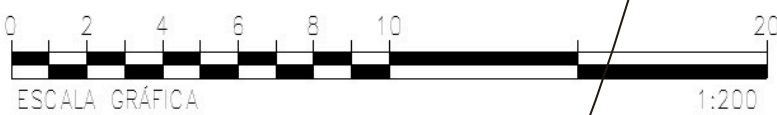
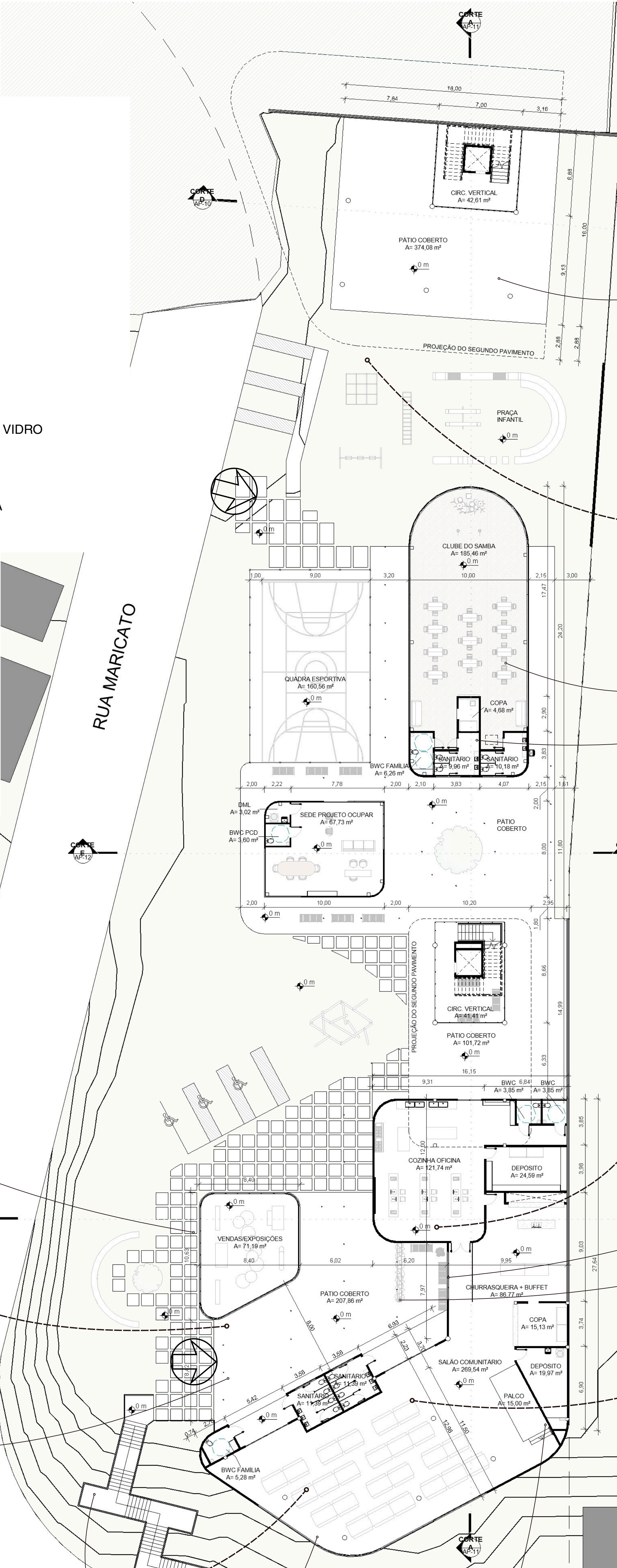
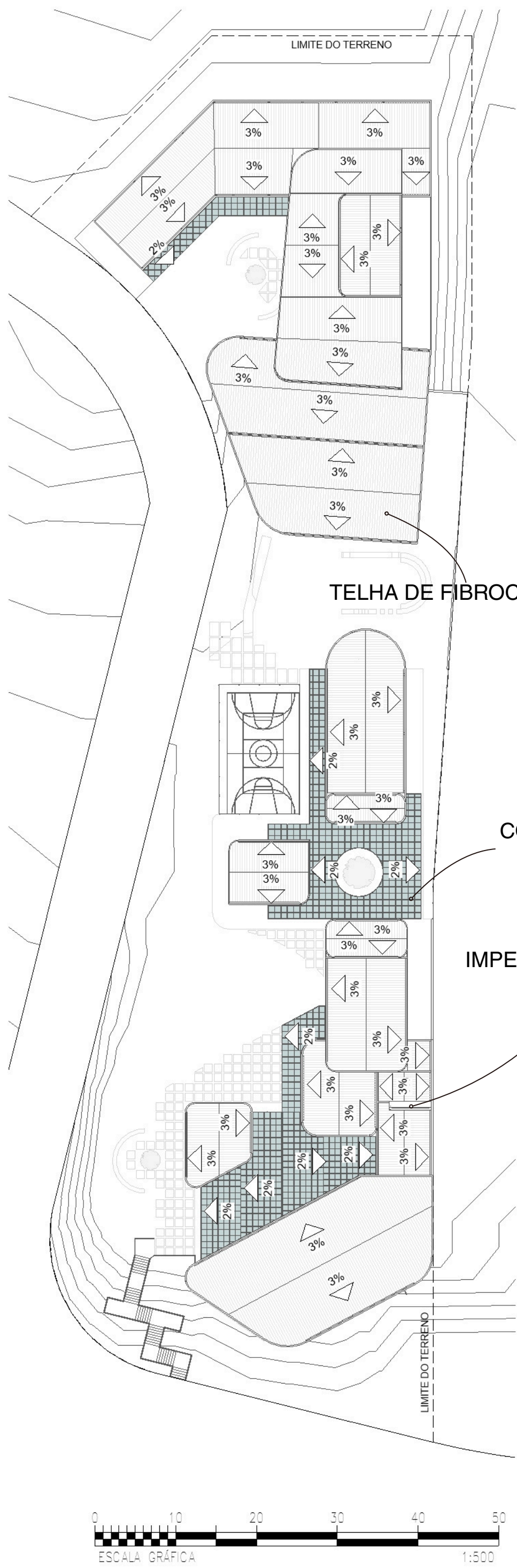
ACESSO AO CENTRO COMUNITÁRIO PELA ESCADA

PLANTA DE COBERTURA

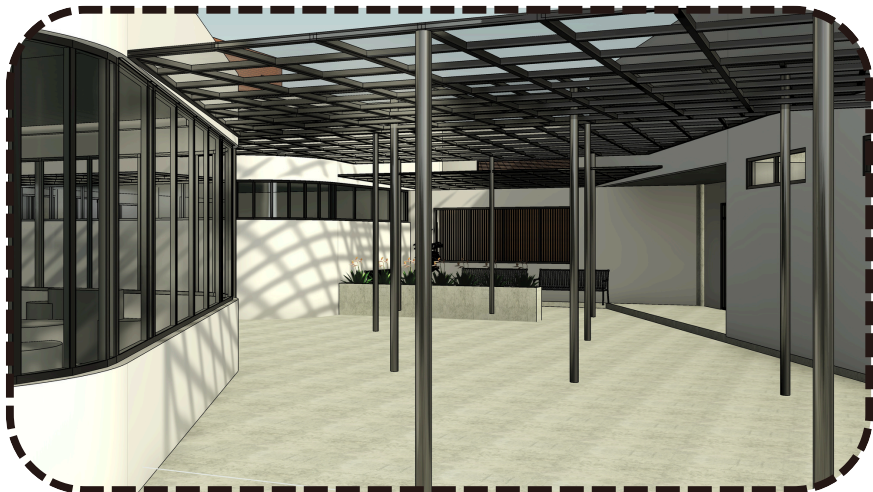
ESCALA 1:500

PLANTA BAIXA - NÍVEL ZERO

ESCALA 1:200



ESPAÇO PARA VENDAS DOS PRODUTOS DAS OFICINAS E EXPOSIÇÕES - USO DE VIDROS PARA EVITAR PONTOS CEGOS



PÁTIO COBERTO PARA USOS DIVERSOS E APROPRIAÇÃO LIVRE



ESCADA MANTÉM FLUXO EXISTENTE DE PEDESTRES

SALÃO COMUNITÁRIO PARA APROXIMADAMENTE 150 PESSOAS

ACESSO CAIXA D'ÁGUA



FECHAMENTO DE VIDRO PARA PROPICIAR A VISTA PARA O PARQUINHO

FECHAMENTO DE VIDRO PARA PROPICIAR A VISTA PARA O PARQUINHO

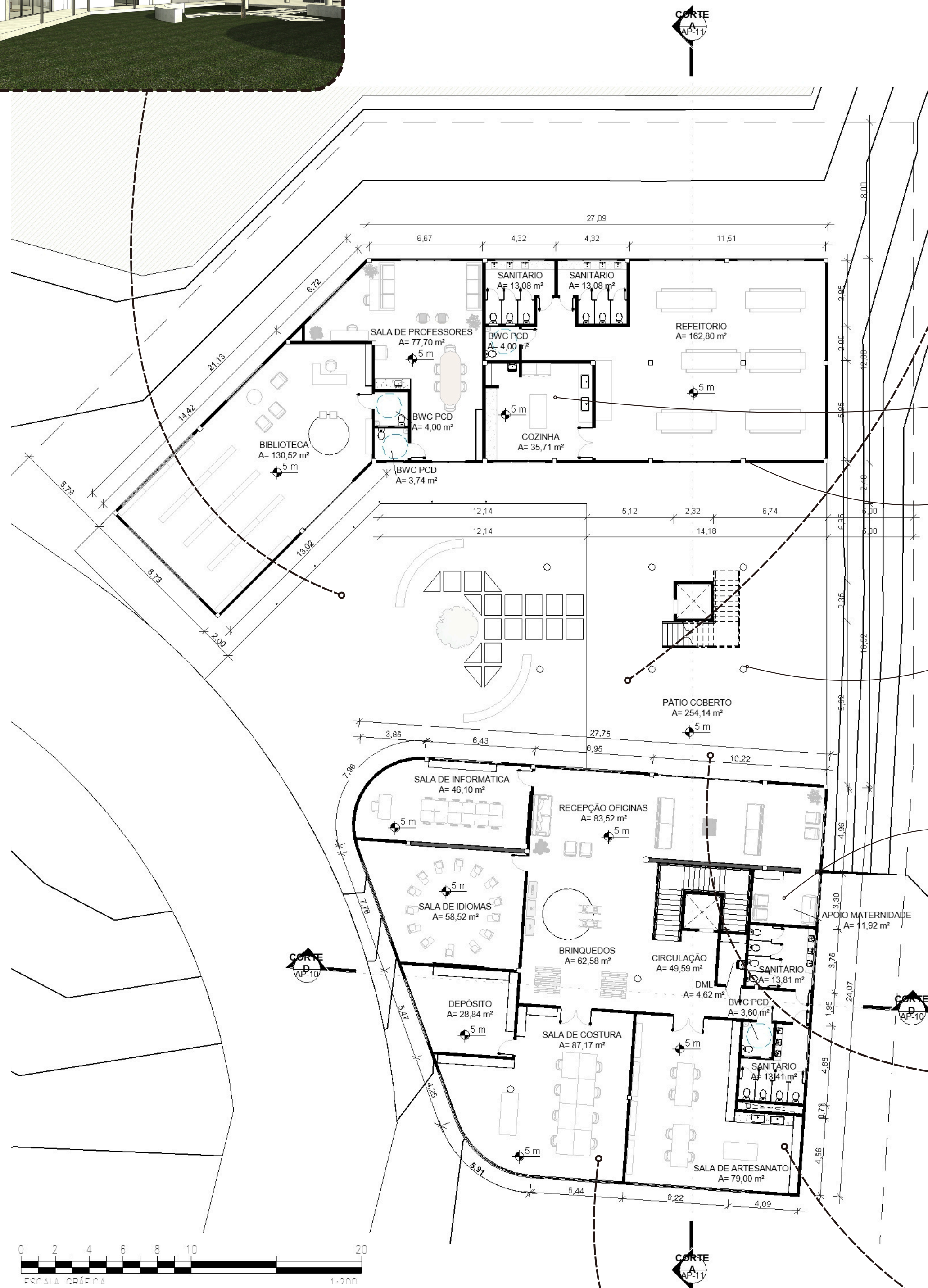


FLUXO EXCLUSIVO PARA A COZINHA

ÁREA DE ESTAR EXTERNA PARA O SALÃO



PLANTAS BAIXAS - NÍVEIS 1, 2, 3 E LAJES TÉCNICAS



PLANTA BAIXA - NÍVEL 2
ESCALA 1:200



PREPARO DE ALIMENTOS PRÉ-PRONTOS

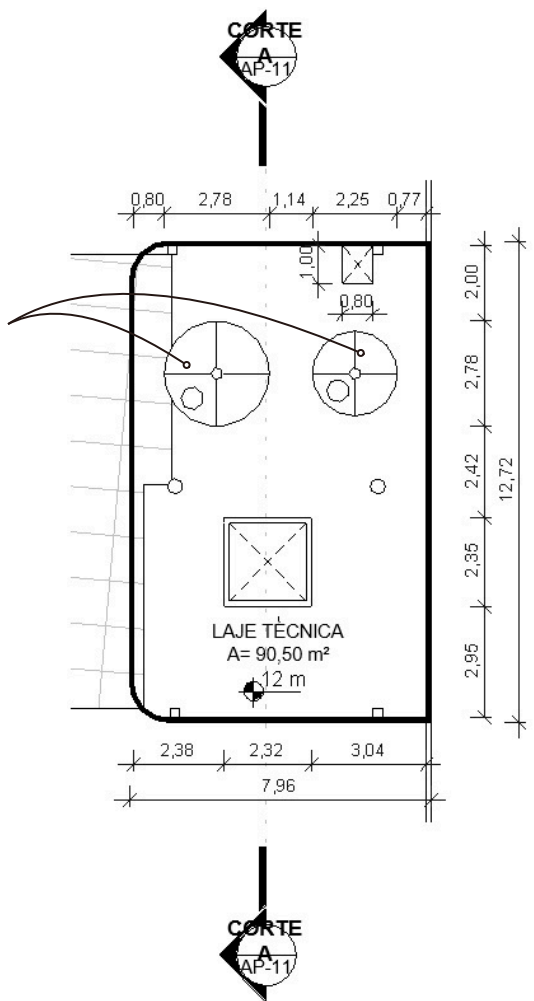
PILARES DE CONCRETO RETANGULARES
25X25cm

PILARES CIRCULARES
d= 40cm

ESPAÇO MAIS ÍNTIMO PARA
CUIDADOS COM CRIANÇAS



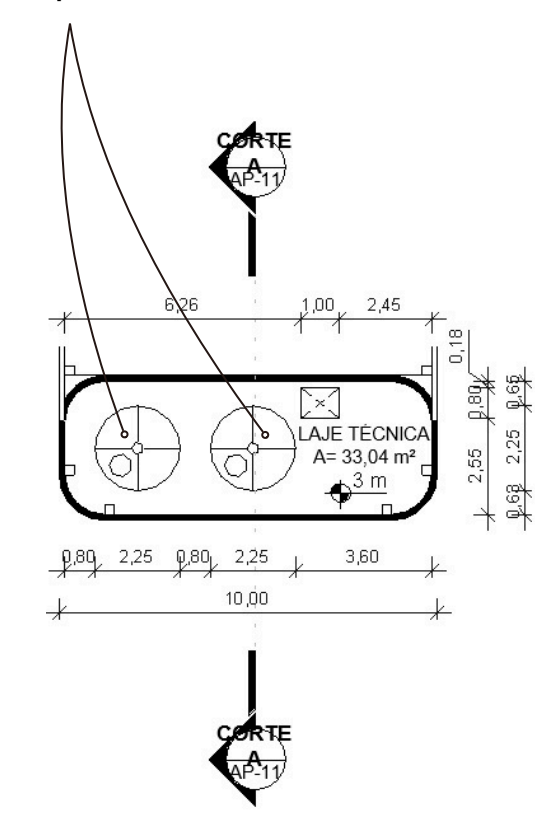
CAIXA D'ÁGUA
capacidade: 10.000l e 5.000l



LAJE TÉCNICA EDUCACIONAL
1:200

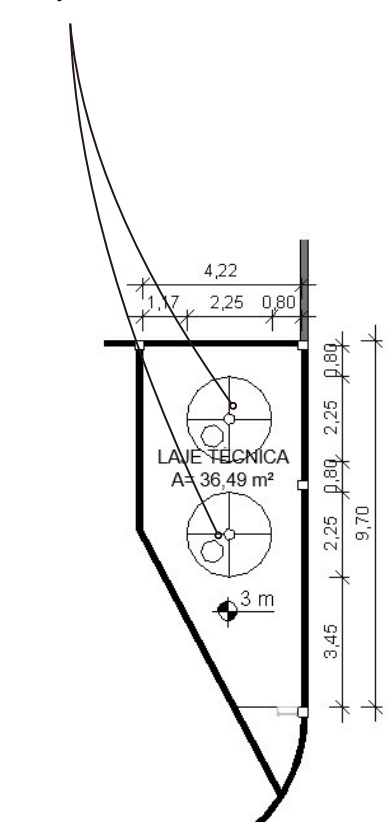
PLANTA BAIXA - NÍVEL 3
ESCALA 1:200

CAIXA D'ÁGUA
capacidade: 5.000l



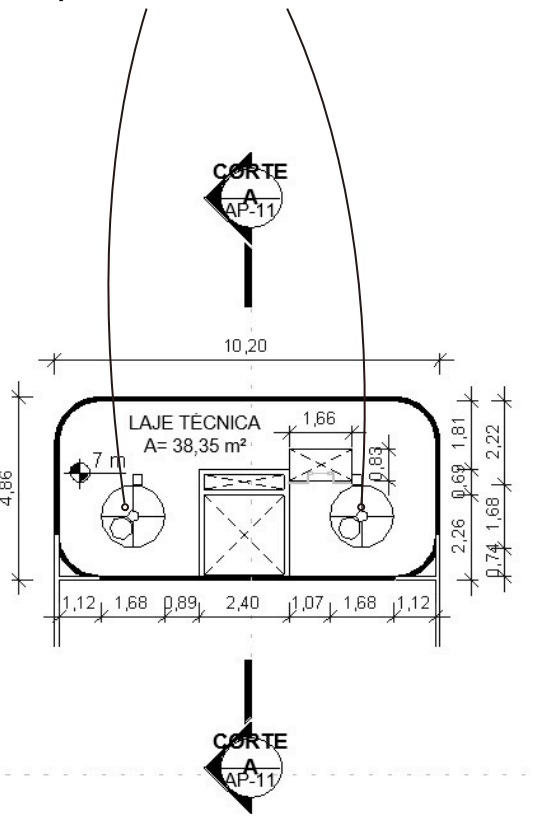
LAJE TÉCNICA C. DO SAMBA
1:200

CAIXA D'ÁGUA
capacidade: 5.000l

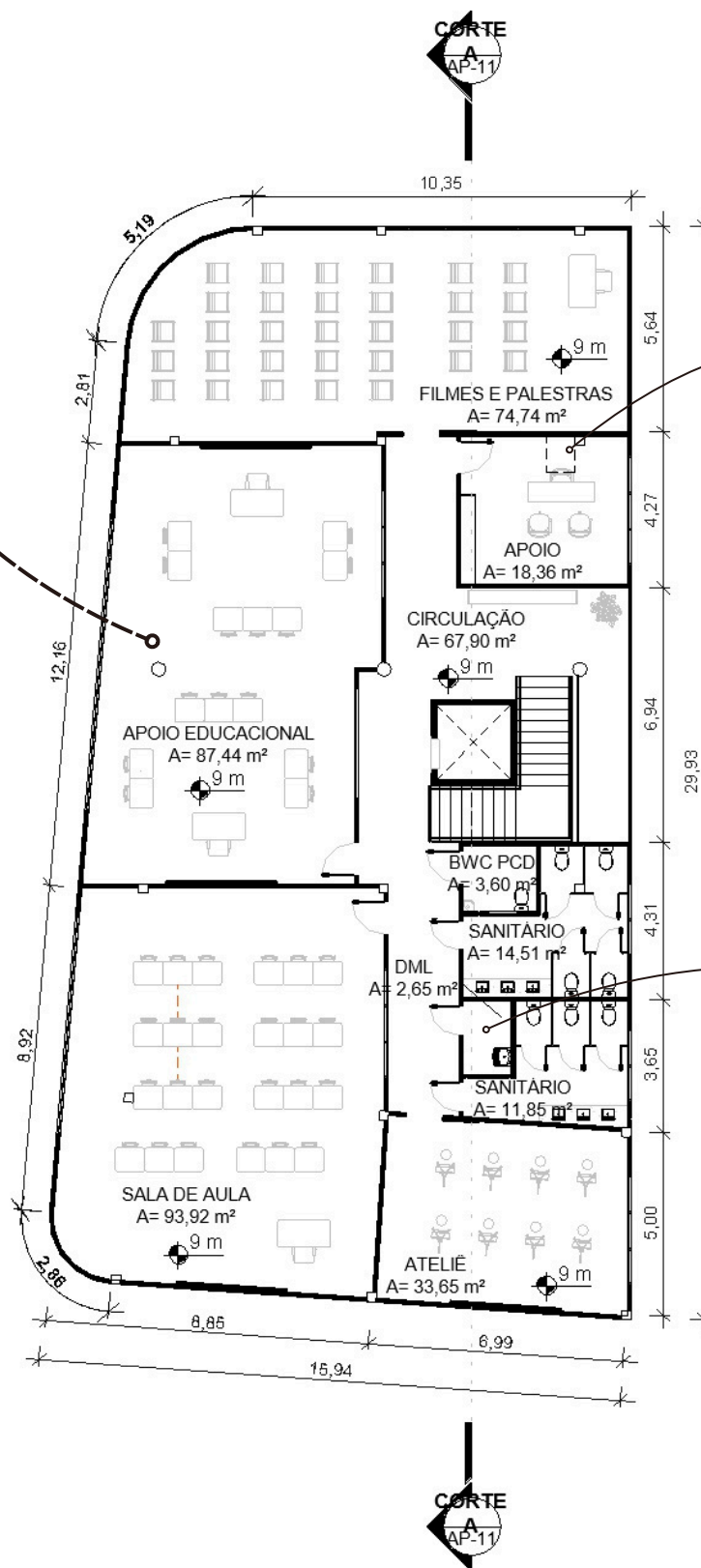


LAJE TÉCNICA SALÃO
1:200

CAIXA D'ÁGUA
capacidade: 2.000l

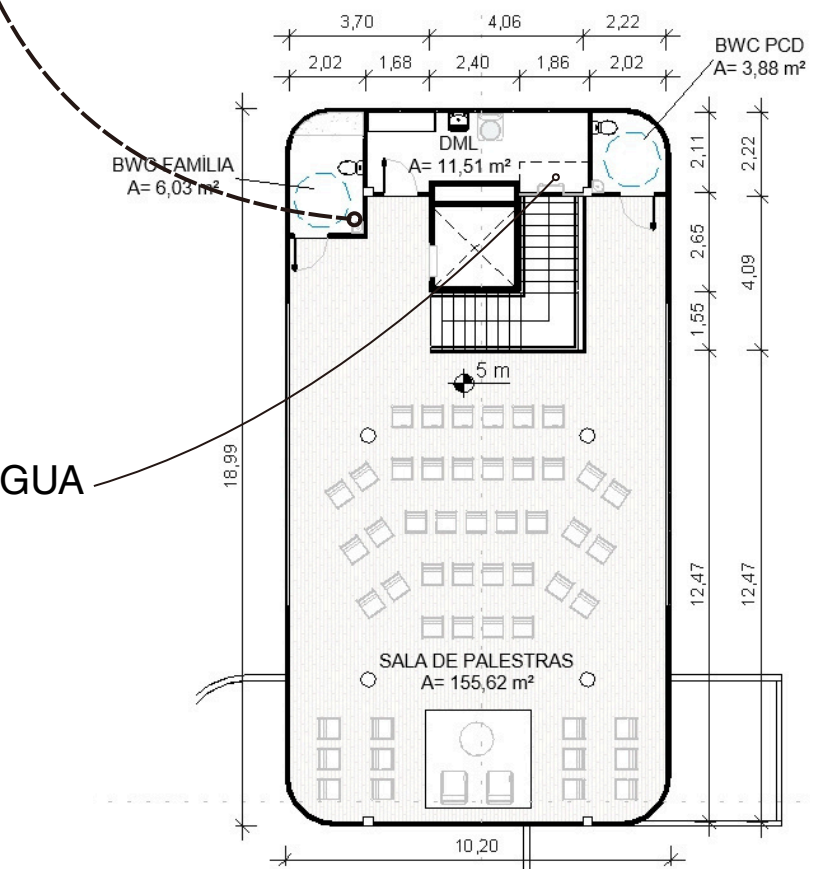


LAJE TÉCNICA REUNIÕES
1:200

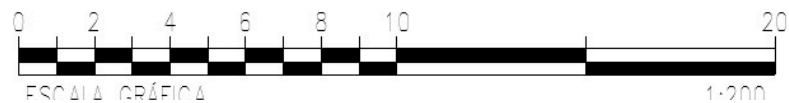
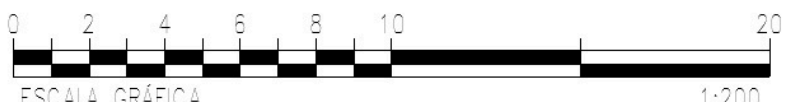


ACESSO CAIXA D'ÁGUA

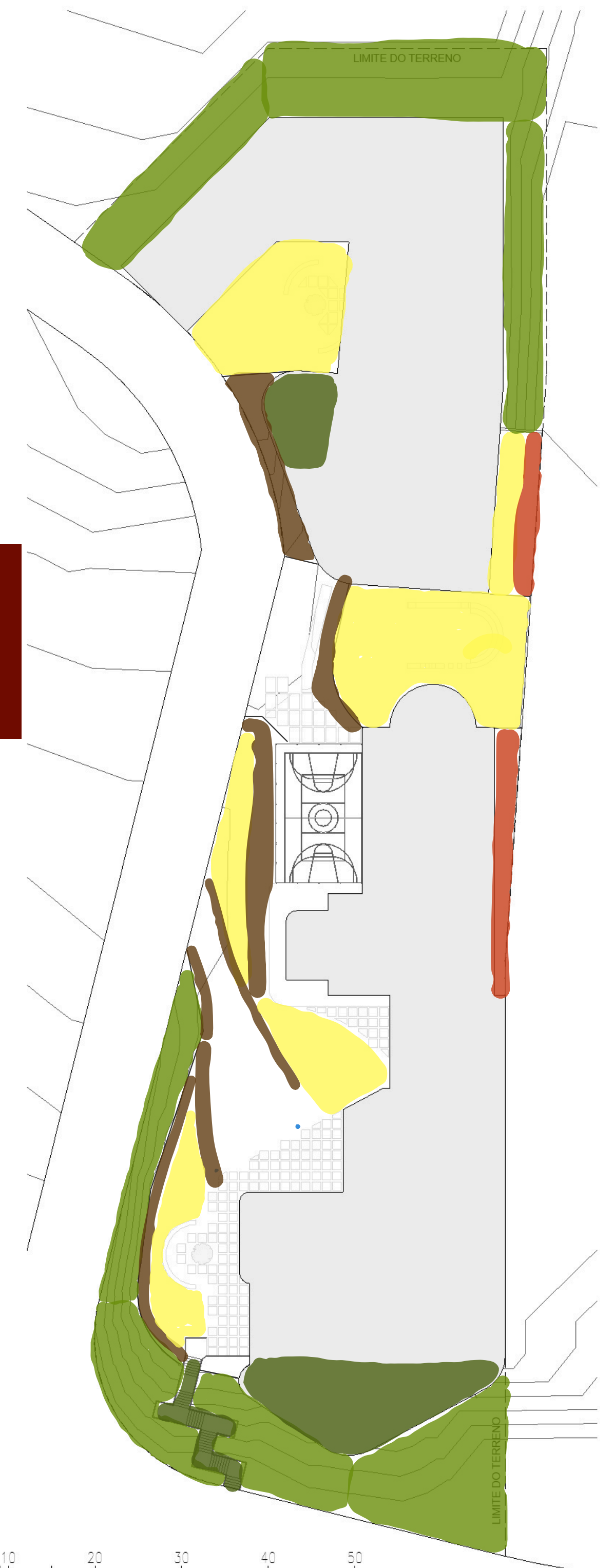
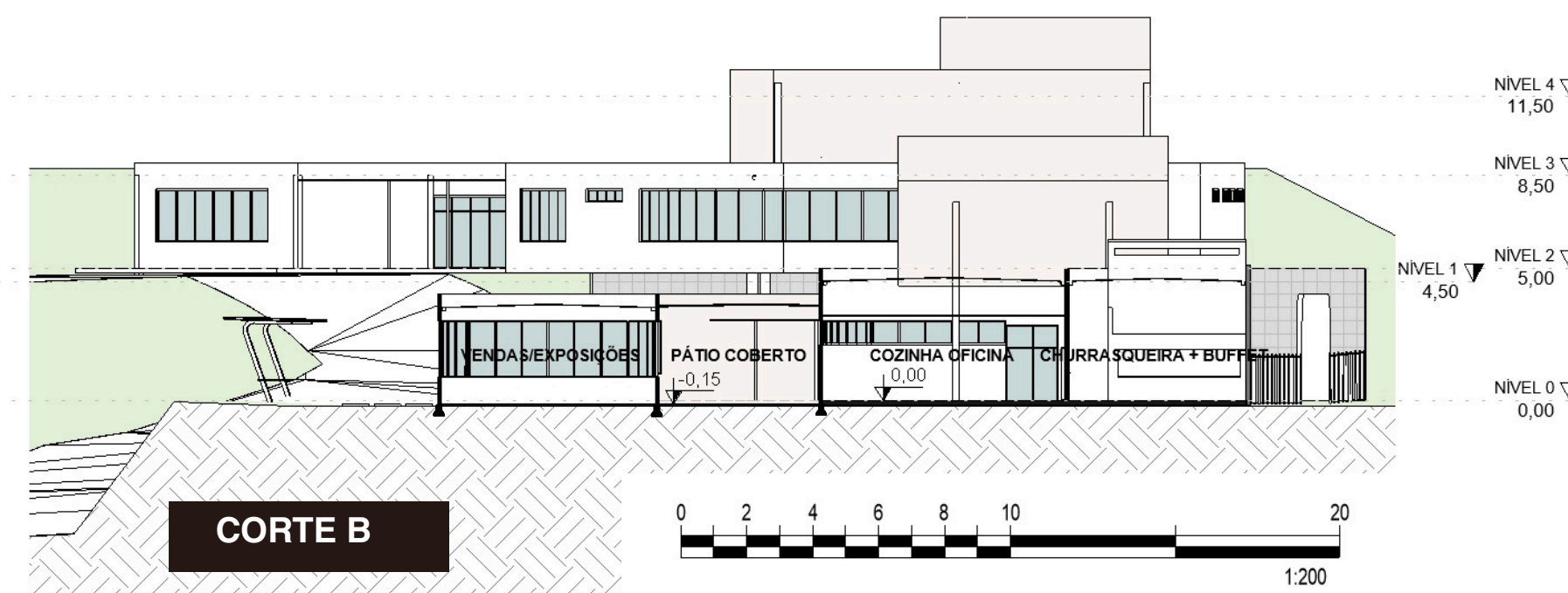
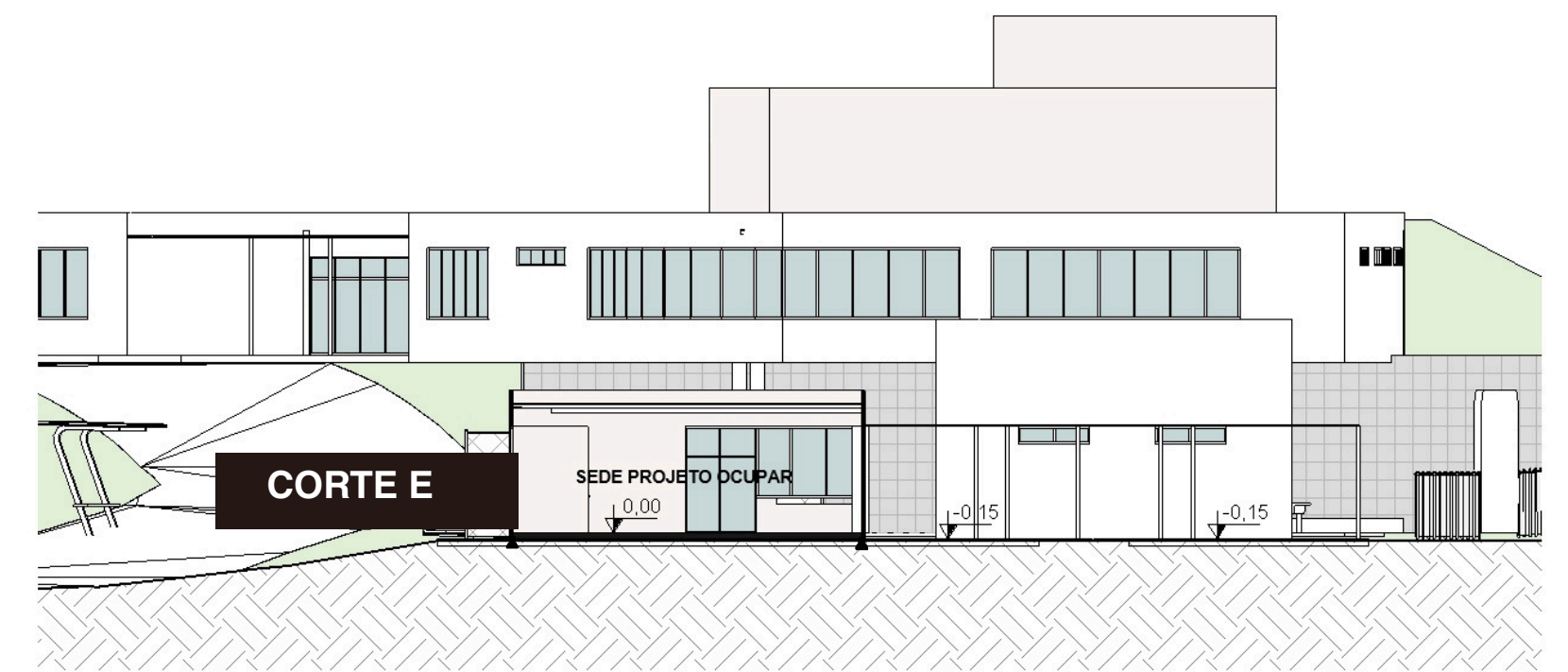
DML CONTEMPLA O ATELIE



PLANTA BAIXA - NÍVEL 1
ESCALA 1:200



CORTES

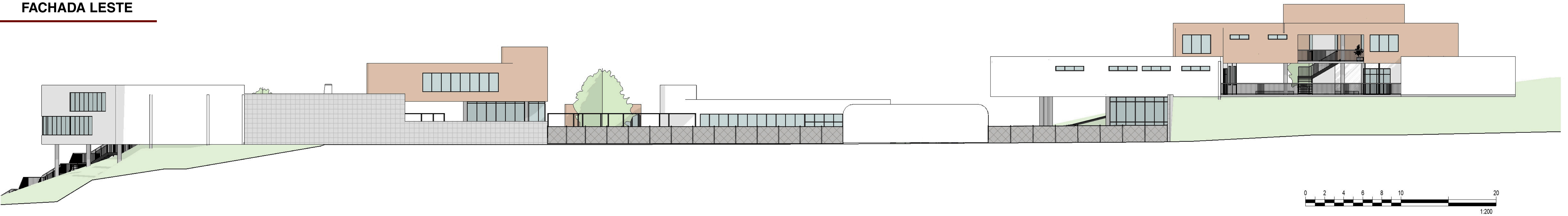


ESQUEMA DE PAISAGISMO

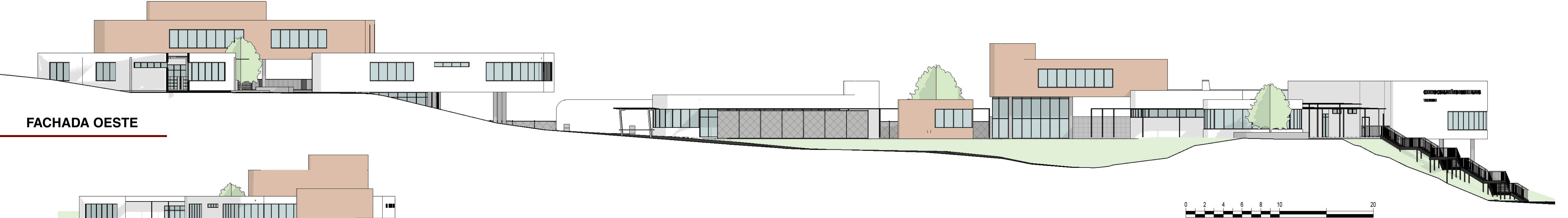
-

FACHADAS

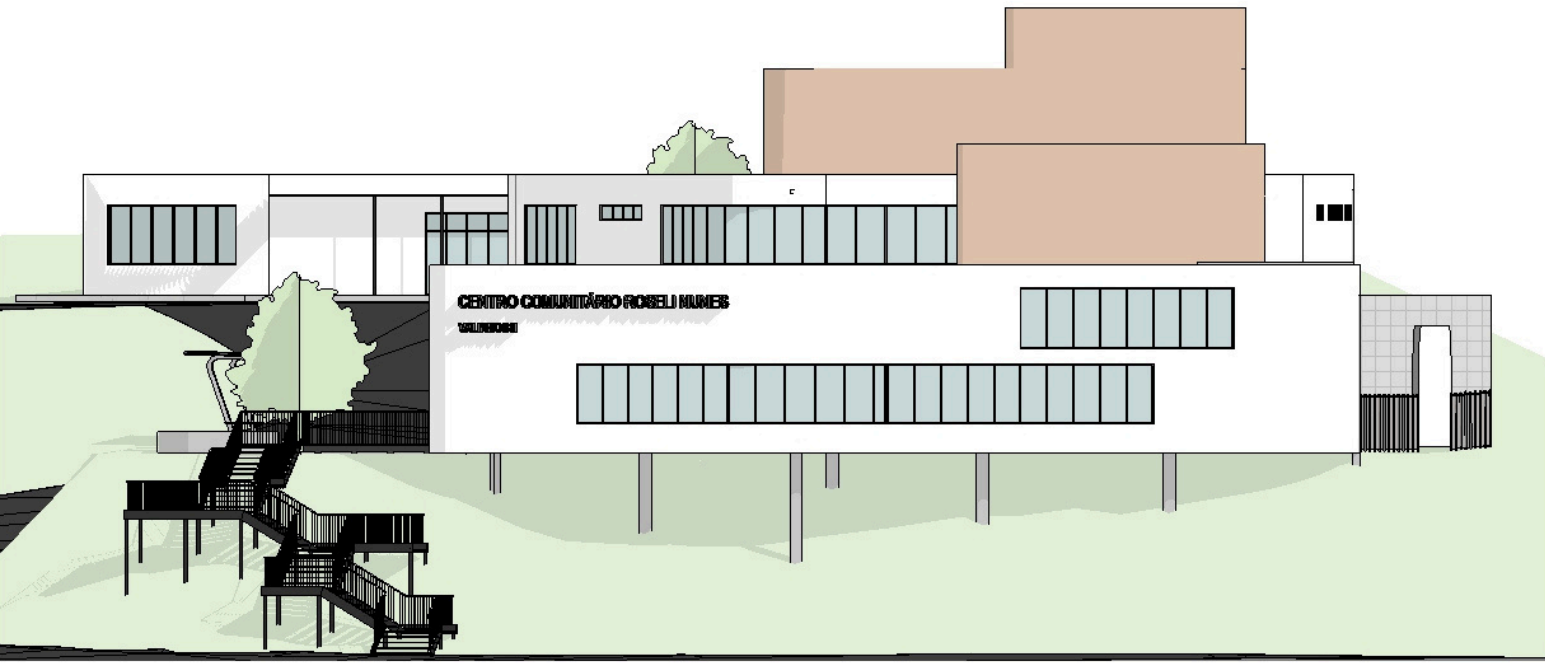
FACHADA LESTE



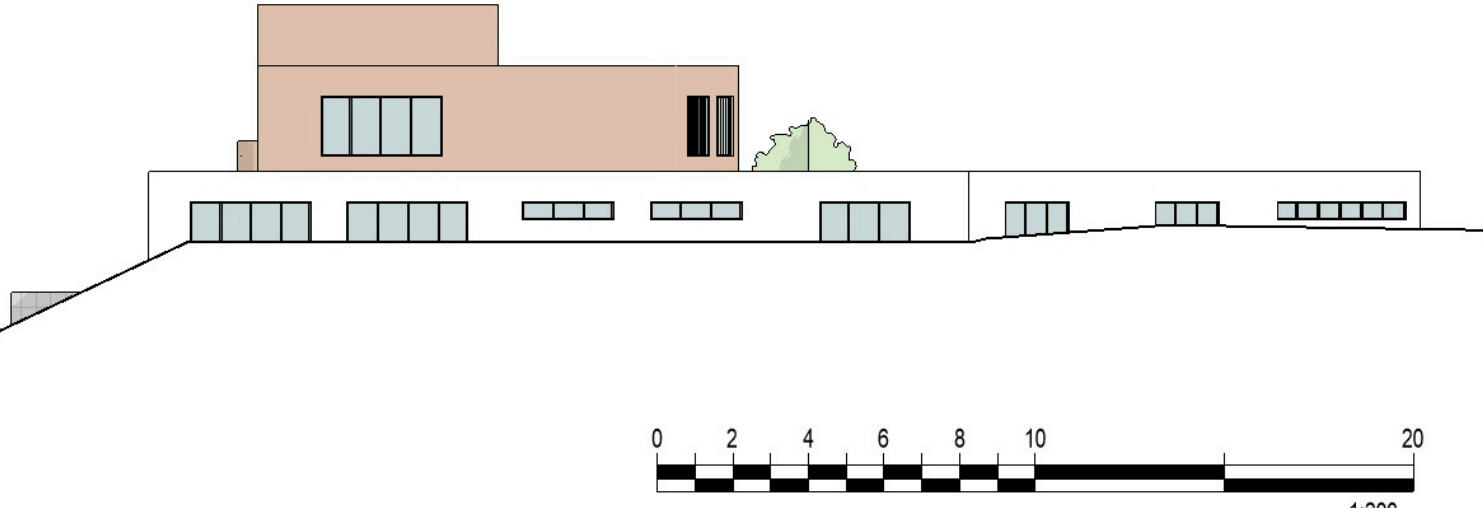
FACHADA OESTE



FACHADA SUL



FACHADA NORTE



REFERÊNCIAS

VILLAÇA, Flávio. O que todo cidadão precisa saber sobre habitação. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

SPINELLI, Juçara. Mercado imobiliário e reestruturação do espaço urbano em Passo Fundo, RS. 2015. Acesso em: 19 maio 2025.

GRUPO DE APOIO A MOVIMENTOS POPULARES – GAMOP. Pesquisa Ocupação II Valinhos: diagnóstico socioeconômico e habitacional. Passo Fundo: GAMOP, 2019. Acesso em: 19 maio 2025.

RIBEIRO, Silvana; MALAQUIAS, Mariele; DOS REIS, Carolina; RODRIGUES DA SILVA, Edivânia. A gente não quer só comida: Projeto Ocupar – mulheres, terra e luta. Revista Transversos: v. 8, n. 28, verão de 2024. Acesso em: 19 maio 2025.

RODRIGUES DA SILVA, Edivânia; RIBEIRO, Silvana; HERNANDES, Sandra Mara; LUANA, Cassi; VIEIRA, Madalena Aparecida. Perfil, condições e perspectivas dos moradores da Ocupação Valinhos II. Coordenação da Ocupação Valinhos II. Passo Fundo, ago. 2022.

MEDEIROS, Catiana de. O legado de Roseli Nunes, um símbolo da luta pela terra no Brasil. MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 31 mar. 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/03/31/o-legado-de-roseli-nunes-um-simbolo-da-luta-pela-terra-no-brasil/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

FRAYN STUDIO. Centro Comunitário Casa da Colheita. ArchDaily Brasil, curadoria de Paula Pintos, 8 maio 2025. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1029668/centro-comunitario-casa-da-colheita-frayn-studio>. Acesso em: 1 jul. 2025.

NOT A STUDIO. Centro Comunitário na Aldeia Dawu. ArchDaily Brasil, curadoria de HAN Shuang, 6 jan. 2025. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1024918/centro-comunitario-na-aldeia-dawu-not-a-studio>. Acesso em: 1 jul. 2025.

FGMF ARQUITETOS. Edifício Projeto Viver. FGMF – Escritório de Arquitetura, 16 abr. 2019. Disponível em: <https://fgmf.com.br/portfolio-item/edificio-projeto-viver/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

BARATTO, Romullo. Vencedor do Prêmio Rogelio Salmona: Edifício Projeto Viver / FGMF. ArchDaily Brasil, curadoria da equipe ArchDaily, 22 ago. 2014. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/625866/vencedor-do-premio-rogelio-salmona-edificio-projeto-viver-fgmf>. Acesso em: 1 jul. 2025.

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Borges, Ana Carolina Sartori

Espaços coletivos e o direito à cidade: Centro Comunitário na Ocupação Valinhos II / Ana Carolina Sartori Borges. -- 2026.

9 f.:il.

Orientadora: Doutora Daiane Regina Valentini

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, Erechim, RS, 2026.

1. Direito à Cidade. 2. Movimento feminista. 3. Educacional. 4. Centro comunitário. I. Valentini, Daiane Regina, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.